



 **PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL):** Boa tarde, senhores e senhoras. Com 14 vereadores presentes, temos quórum. Solicito que o diretor possa apregoar alguns assuntos importantes para tarde de hoje.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo as proposições encaminhadas à Mesa que estão registradas no documento em anexo, o qual foi distribuído às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores por meio digital, nos grupos de comunicação por aplicativo de mensagens instantâneas integrados pelos parlamentares e por suas respectivas assessorias.

Apregoo requerimento solicitando desarquivamento de diversas proposições cuja lista foi distribuída da mesma forma acima mencionada.

Apregoo justificativa de falta da Ver.^a Mariana Lescano, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, que comunica a sua participação no Lançamento da Frente Nacional contra o Crime Organizado, na Câmara Municipal de São Paulo/SP, nos dias 14 a 16 de abril de 2025. (Processo SEI nº 265.00071/2025-86.) Era essa a matéria a ser apregoada, Sra. Presidente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, diretor. Ver. Pedro Ruas, por gentileza.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente Comandante Nádia, vereadoras, vereadores, eu quero saudar aqui, se me permite, o padre Sérgio

Belmonte, que, aliás, está chegando neste momento e pedir, Excelência, que o padre possa fazer a saudação e a benção da tribuna, por gentileza. Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Pedro Ruas. Padre, diz o Ver. Pedro Ruas que o senhor tem dois minutos para dar a sua benção e fazer o seu convite.

SR. SÉRGIO BELMONTE: Só dois minutos? Ah, doze? Dois. Uma saudação à Sra. Presidente da Câmara de Vereadores, Ver.^a Comandante Nádia, a todos os vereadores aqui presentes e também ao nosso Exército, que hoje celebra o seu dia. Coincidentemente, as duas vezes em que viemos, Pedro Ruas, anunciar a Festa de São Jorge, coincidiu com a homenagem ao Exército. São Jorge foi membro do Exército romano, soldado.

Saudação também muito especial aos quatro vereadores que, através das verbas impositivas, nos ajudam, nos ajudaram e estão nos ajudando este ano a celebrar a segunda maior festa religiosa da cidade de Porto Alegre, que é a Festa de São Jorge. Por isso quero agradecer de coração ao Ver. Pedro Ruas, ao Ver. Oliboni, ao Ver. Cecchim e à Ver.^a Comandante Nádia, por esse favor que nos fazem, esse trabalho em prol da Festa de São Jorge.

E eu estou aqui em nome de quem? Estou, em primeiro lugar, em nome da Arquidiocese de Porto Alegre, a quem a Paróquia de São Jorge pertence há 72 anos, na Zona Leste da nossa cidade. Eu também estou em nome de todos os católicos devotos de São Jorge. Mas eu também estou em nome de todos os amigos de São Jorge, independente da religião, time de futebol, igrejas, raças, etnias, ideologias partidárias, filosofias e pensamentos. Em São Jorge – isso é muito importante para nós aqui de Porto Alegre, Comandante Nádia, e a senhora conhece muito bem – acontece um milagre cultural, onde pessoas que têm esperança, que conseguem esperar, que acreditam que o ser humano é capaz de nunca desanimar, de nunca perder a esperança, e como diz o ditado popular “a esperança é a última que morre”. Ali, na Festa de São Jorge, todos se encontram na esperança. Por isso que eu vim

aqui hoje, mais uma vez, a 10ª vez, fazer esse convite muito especial para a 72ª Festa de São Jorge, com o lema: Com São Jorge, peregrinos da esperança. Juntos com o papa Francisco, que instituiu o ano santo de 2025, 2025 da paixão, morte e ressurreição de Jesus, ano santo, queremos ser peregrinos da esperança com São Jorge nos dias 23 e no dia 27. No dia 23, teremos 13 missas das 6h30min às 18h30min e, à noite, a grande procissão luminosa com a presença de nosso cardeal. E, no dia 27, a festa popular, onde teremos a grande procissão de São Jorge. Muito obrigado pela atenção. (Palmas.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, padre Sérgio. Sempre bom tê-lo aqui na nossa Casa, com os seus colaboradores, trazendo aqui São Jorge para nos abençoar. Muito obrigada pela oportunidade de estarmos neste momento aqui festivo e também de oração. Eu vou pedir para que a gente suspenda a sessão por dois minutos, para que a gente possa tirar uma foto, todos os vereadores, junto ali a São Jorge, a todos os colaboradores, junto com o padre Sérgio.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h35min.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): (14h36min) Estão reabertos os trabalhos.

Ver. Ustra, questão de ordem?

Vereador Coronel Ustra (PL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, passarmos à pauta da homenagem ao Dia do Exército, em virtude da grande presença de militares da banda do Exército e das autoridades militares que já se fazem aqui presentes, para que a gente possa antecipar essa homenagem. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Coronel Ustra, de inversão da Pauta, para que a homenagem ao Exército Brasileiro seja antes do Grande Expediente. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Por favor, a nossa cerimonialista para a composição da Mesa.

SRA. ZAIRA FELIPE COUTINHO (Cerimonialista): Senhoras e senhores, boa tarde. Neste momento, damos início ao período de Comunicações em homenagem ao Dia do Exército, proposta pelo Ver. Coronel Ustra. Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Hertz Pires do Nascimento, general do Comando Militar do Sul – CMS; a Sra. Betina Worm, vice-prefeita; o Sr. Jayro Rocha Júnior, general de divisão; o Sr. Rodrigo Ferraz Silva, general de divisão; o Sr. Marco Aurélio de Castro, general de brigada; o Sr. Pablo José Lira de Almeida, general de brigada.

Convidamos todos para ouvirem o Hino Nacional Brasileiro, com a Banda de Música do 3º Batalhão de Polícia do Exército, regida pelo subtenente Lázaro.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

SRA. ZAIRA FELIPE COUTINHO (Cerimonialista): Prestigiam esta solenidade coronel Andrade Neves; coronel Valdir Silva Filho; tenente Júlio Cesar Hilzendeger; sargento Sérgio Luiz Dias, presidente da Associação Brasileira de Integrantes do Batalhão Suez; coronel Marco Danguí Pinheiro, presidente da Liga de Defesa Nacional do Rio Grande do Sul; coronel Rogério Petry de Abreu, representante da Associação dos Diplomados da Escola

Superior de Guerra - ADESG/RS; Sr. Rogério Penz, presidente da Associação de Indústrias de Cachoeirinha; Sr. Diogo Padilha, representando o deputado federal Zucco.

O Ver. Coronel Ustra, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR CORONEL USTRA (PL): Excelentíssima Sra. Comandante Nádia, Presidente da Câmara de Vereadores de Porto Alegre; Exmo. Sr. Hertz Pires do Nascimento, general do Exército, do Comando Militar do Sul - CMS; Sra. Betina Worm, vice-prefeita de Porto Alegre; Exmo. Sr. Jayro Rocha Júnior, general de divisão; Exmo. Sr. Rodrigo Ferraz da Silva, general de divisão; Exmo. Sr. Marco Aurélio de Castro, general de brigada; Exmo. Sr. Pablo José Lira de Almeida, general de brigada, as representações militares e banda que abrilhantam essa sessão aos nossos convidados. Hoje não falo apenas com o vereador desta Casa, mas falo como oficial do Exército Brasileiro da Arma de Cavalaria, falo como homem de farda que dedicou 28 anos da vida ao serviço da Pátria. No próximo dia 19 de abril, a exatos 377 anos, em Jabotão dos Guararapes, atual estado de Pernambuco, a união dos portugueses, chefiada por Antônio Dias Cardoso, os índios de Felipe Camarão e os negros liderados por Henrique Dias uniram-se para defender o solo brasileiro e expulsar os invasores holandeses. Em menor efetivo, com armamentos inferiores, usando táticas de guerrilha e emboscadas, venceram com bravura e coragem o inimigo. Surgia, pela primeira vez, o sentimento de nação para defender a Pátria brasileira, data em que se comemora a criação do Exército Brasileiro, a força terrestre do Brasil. Atualmente o Exército Brasileiro possui mais de 200 mil homens e mulheres e um milhão de veteranos em prontidão, mobilizáveis em caso de guerra. Ao longo da história o Exército Brasileiro participou dos principais momentos do País e do mundo. Na Independência do Brasil, os dragões da Independência estavam lá, no império, combatendo na guerra da Tríplice Aliança, na monarquia, pacificando as revoltas internas e externas, e, na República, pacificando os territórios e garantindo a segurança das nossas

fronteiras e da nossa Amazônia. Na 1ª Guerra Mundial, o Brasil enviou oficiais aviadores, oficiais combatentes e do serviço de saúde, que atuaram diretamente nas linhas de frente, colaborando para a vitória final. Na 2ª Guerra Mundial o Exército enviou a Força Expedicionária Brasileira – FEB, este ano comemorando 80 anos da nossa vitória – combateram, com 25 mil militares, lutando contra o nazifascismo em solo italiano. Com bravura e coragem conquistaram e venceram a Linha Gótica, nas batalhas de Monte Castello, Castelnuovo, participaram na ofensiva aliada final na batalha de Montese, enfrentando o frio extremo, o terreno adverso e o inimigo em vantagem de posição, vencendo. O Exército de Caxias também esteve presente em diversas missões de paz, sob a égide das Nações Unidas, como no Haiti, no Canal de Suez, no Líbano, no Sudão, na América Central e no Timor-Leste, dentre outros, onde os militares muito bem representam o nosso País. Importante destacar a dedicação e o compromisso do Exército durante a pandemia da covid-19, no combate à dengue, na garantia da lei e da ordem, na intervenção federal ocorrida no Rio de Janeiro, nas greves das polícias em diversos estados, nas construções de estradas e pontes pela nossa engenharia e na garantia de votação e apuração das eleições em locais inóspitos. Mais recentemente, em 2024, ocorreu o pior desastre natural causado pelas enchentes no nosso Estado do Rio Grande do Sul que deixou milhares de famílias e animais desabrigados, cidades alagadas e o Aeroporto Salgado Filho interditado. Interromperam rodovias, destruíram pontes, comprometeram o trânsito logístico, a mobilidade, o suprimento e o abastecimento dos municípios gaúchos. Assim, o Exército Brasileiro, por meio do Comando Militar do Sul, foi o grande responsável pelo comando conjunto Sul, empregando na operação Taquari o verdadeiro esforço de guerra, onde foram mobilizados 19 mil militares, 11 mil policiais, 2 mil bombeiros, 758 integrantes de outras forças e 373 profissionais das mais diversas agências de saúde, órgãos federais, estaduais e municipais e da Defesa Civil, além de centenas de voluntários. Nessa missão o Exército realizou diversos salvamentos de vidas humanas e de animais, empregando os meios aéreos, aquáticos, caminhões e blindados, realizaram o transporte, o controle e a distribuição de toneladas de água, de diversos

suprimentos, como alimentos, roupas, colchões e medicamentos, frutos de milhares de doações de diversos estados do nosso Brasil. Contribuiu ainda com a montagem de estruturas emergenciais, como hospitais de campanha, abrigos para os desabrigados e para animais, construção de pontes, como a entre Lajeado e Arroio do Meio, segurança de abrigos, cidades e pontos críticos, desobstrução e limpeza nas cidades, escolas e hospitais. Realizou ainda a evacuação de locais essenciais, como os internados no Hospital Mãe de Deus e no hospital de Canoas. Por fim, a integração entre as forças armadas, forças auxiliares, todas as agências e voluntários foi a grande responsável pelo sucesso dessa missão. Por tudo isso o braço forte e a mão amiga do Exército Brasileiro garantiram ações essenciais para salvar, proteger vidas e reconstruir a dignidade do povo gaúcho. Nos momentos mais difíceis o Exército Brasileiro sempre se fez presente sem hesitar. É por isso que homens e mulheres que colocam a própria vida em risco para proteger toda uma nação merecem não apenas o nosso reconhecimento, mas o nosso respeito, a nossa confiança e a nossa eterna gratidão. A todos os oficiais e praças do nosso querido Exército de hoje e de sempre, seguindo a égide do seu patrono, o Duque de Caxias, o pacificador, presto aqui a minha melhor continência em agradecimento aos serviços prestados. Que Deus abençoe o Exército Brasileiro, que Deus abençoe o nosso Brasil. Brasil acima de tudo, para cima deles!

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Coronel Ustra. Vou quebrar aqui o protocolo porque a nossa vice-prefeita precisa se ausentar, ela tem uma reunião com o prefeito logo em breve, e eu vou passar de pronto a palavra então para a nossa vice-prefeita de Porto Alegre, tenente-coronel Betina Worm.

SRA. BETINA WORM: Boa tarde, eu não vou nominar todas as autoridades. Aqui nós temos o nosso comandante general Hertz, mas cumprimento todos e por intermédio do cumprimento a ele e a nossa Presidente da Câmara, Comandante Nádia. Eu fico muito feliz de ver os meus colegas de

farda, porque agora não uso mais farda, mas o verde impregna, não tem como não. Eu só estou aqui para agradecer a homenagem ao Exército, a minha também é ao Exército que me oportunizou saber o que eu sei para trazer agora para o Executivo. Eu aprendi, general Hertz, a logística do Exército, eu aprendi a gestão no Exército e eu aprendi a administração pública com uma forma lisa, correta, incorruptível, eu poderia dizer. E eu agradeço a força, agradeço a todos os que me ajudaram a chegar onde eu cheguei. Eu fiz 25 anos de uma carreira, acredito eu, muito exitosa; posso agora trazer para o Município, para a cidade e para todos os porto-alegrenses a certeza de que eu vou me esmerar tanto na administração pública e no Executivo, quanto eu me esmerei na minha carreira militar. Agradeço, agradeço a todos, parabenizo a todos os que estão de farda e aos que já não estão mais de farda que, como eu, já foram para a Reserva, mas que sentem que o verde-oliva faz parte do nosso sangue. Uma boa tarde e um bom evento a todos.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, vice-prefeita Betina. Vou solicitar que o Ver. Ustra venha aqui entregar o certificado e fazemos uma foto todos juntos aqui, enquanto o vereador está vindo.

(Procede-se ao registro fotográfico.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): É sempre bom receber o Exército Brasileiro na Câmara de Vereadores. Quero cumprimentar, assim como fez o nosso cerimonial, a nossa vice-prefeita, o nosso colega Ver. Coronel Ustra, cumprimentar o nosso Comandante Militar do Sul, general Hertz, superbom tê-lo aqui na nossa Casa, que é sua casa também; o general de divisão Jayro, general Rodrigo, general de brigada Marco Aurélio, general Pablo; quero cumprimentar o nosso querido coronel Dangui, da Liga de Defesa Nacional, que bom tê-lo aqui junto com todos os outros que assim ajudam a perpetuar o nosso patriotismo; cumprimentar os boinas azuis, os meus queridos amigos, esses fortes combatentes que não deixam a peteca cair. Da mesma

forma, quero cumprimentar a banda dos oficiais, praças que estão aqui hoje recebendo esta homenagem justa e merecida, trazida pelo nosso Coronel Ustra. É sempre bom ver esta Casa pintada de verde-oliva, porque isso nos traz a paz, nos traz o conforto, traz a certeza daquilo que está escrito na nossa bandeira: ordem e progresso. Sejam todos muito bem-vindos! Também quero dar as boas-vindas ao nosso deputado Dimas Costa, seja muito bem-vindo, deputado do PSD; a Ver.^a Cláudia está toda boba aí passando por tudo que é lado, muito se exibindo aqui com o deputado, seja bem-vindo, deputado, a Casa é sua. E parece que a secretária Mônica passou aqui, não me cumprimentou, mas cumprimentou o general aqui, a secretária de Transparência e Controladoria, Mônica Leal, seja bem-vinda. Se a senhora quiser vir sentar à Mesa, será muito bem-vinda. Também cumprimento a assessoria do nosso deputado federal coronel Zucco, que não está aqui por questões de saúde, mas que trouxe um abraço ao nosso Exército Brasileiro. De pronto, vou passar a palavra, se o senhor quiser usar a tribuna, a tribuna é sua, general, será um prazer ouvi-lo.

SR. HERTZ PIRES DO NASCIMENTO: Uma boa tarde a todos, Ver.^a Comandante Nádia, Presidente desta Casa, agradeço muito a gentileza de toda essa audiência, é uma satisfação, é a terceira vez que eu estou aqui presente, para dirigir a palavra aos nossos vereadores do Município de Porto Alegre. As duas primeiras oportunidades foram capitaneados pela nossa antiga Ver.^a Mônica Leal, hoje secretária do Município, parabéns, e, desta vez, a convite da nossa Presidente Ver.^a Comandante Nádia, por indicação do nosso vereador, muito obrigado e obrigado pelas palavras, pelo resumo feito. Eu aproveito a oportunidade, antes de dirigir a palavra às senhoras e aos senhores, para colocar algumas das ações do Exército Brasileiro em curso. Nós estamos com um hospital de campanha no município de Viamão, para ajudar no combate à dengue. Concluímos, na semana passada, um seminário que acabou sendo internacional, porque trouxemos a Espanha, a Argentina e o Uruguai para discutirmos, mantermos os nossos pratinhos rodando em benefício, caso venha a acontecer um evento similar, para que estejamos mais bem preparados, mais

bem coordenados. Estamos muito alinhados em trazer uma companhia de engenharia, para que possamos estar aqui em Sapucaia do Sul com equipamentos mais próximos de Porto Alegre, para que tenhamos uma resposta mais rápida num eventual evento futuro que esperamos que não aconteça novamente. Eu aproveito a oportunidade para reforçar o nosso convite para o dia 16 de abril, na próxima quarta-feira, às 9h30min, no terceiro RCG – Regimento de Cavalaria de Guardas, onde nós iremos celebrar o dia 19 de abril, antecipando em virtude do feriado, que é o Dia do Exército Brasileiro. Muito obrigado ao Ver. Coronel Ustra pelo diploma, agradeço em nome de todos os integrantes do Exército Brasileiro.

Meus subordinados aqui presentes, estimados veteranos, missões de paz, veteranos da nossa instituição, minha banda de música, meus subordinados. Sra. Ver.^a Comandante Nádia, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Sr. Ver. Coronel Ustra, proponente deste evento, senhoras e senhores, vereadores, autoridades aqui presentes – nós temos um deputado, muito obrigado pela presença; meus comandados, enfim, cidadãos brasileiros, muito boa tarde. Comemorar o Dia do Exército é reverenciar uma data que vai muito além da farda, da hierarquia ou dos quartéis. É uma oportunidade para refletirmos sobre o papel dessa instituição que há séculos está presente na história do nosso País. Aliás, o Brasil nasceu sobre a benção da cruz e a proteção da espada, e essa cruz, a mesma que em 1500, estará chegando a Porto Alegre, e o Exército Brasileiro estará ao seu lado, como foi há 525 anos, fazendo a sua proteção, fazendo sua guarda. O Exército Brasileiro nasceu com a própria Nação lutando pela independência e, desde então, tem atuado com firmeza na defesa da nossa soberania, na garantia da lei e da ordem e no apoio às comunidades em momentos difíceis, sejam em desastres naturais, emergências sanitárias ou projetos de desenvolvimento social. Mas, para continuar servindo ao Brasil com a devida eficiência, o Exército precisa de meios adequados aos tempos atuais. Vivemos em um mundo onde as ameaças mudaram. Hoje não bastam apenas a coragem e o preparo dos nossos soldados. É necessário também investir em equipamentos modernos, tecnologias de ponta

e sistemas de defesa atualizados. Isso não significa militarizar a sociedade ou estimular conflitos. Pelo contrário, investir no Exército é investir na paz, na proteção das nossas fronteiras – nós estamos vendo a nossa Amazônia altamente ameaçada, estamos vendo agora a prospecção de minerais de ouro por cianeto, é veneno, pior do que o mercúrio –, na segurança da população e na capacidade de responder rapidamente a qualquer emergência. Assim como um médico precisa de bons instrumentos para salvar vidas, o Exército precisa de meios modernos para cumprir sua missão com dignidade aos seus profissionais de segurança. É uma questão de responsabilidade nacional. Temos um compromisso indispensável com a Nação: ajudar a formação de jovens na execução do serviço militar inicial e no cultivo e propagação de valores essenciais à construção de uma sociedade mais justa, disciplinada e patriótica. Neste Dia do Exército, rendemos nossa homenagem aos homens e mulheres que dedicam suas vidas ao País, e lembramos que uma nação forte é aquela que valoriza suas instituições. Foi o que assistimos por ocasião da operação Taquari 2, o valorizar as instituições que estavam presentes, fortalecê-las, para que cada um pudesse cumprir a sua destinação constitucional. Lembremos que uma nação forte é aquela que valoriza as suas instituições e se prepara com seriedade para os desafios do futuro. Afinal, como nas palavras do general de Exército, Sérgio Westphalen Etchegoyen, antigo ministro-chefe do gabinete de segurança institucional da Presidência da República: “A paz, minha senhora, meu senhores, é uma concessão do mais forte.” Muito obrigado a todos pela acolhida neste nosso evento, foi uma satisfação e uma honra muito grande estar aqui me dirigindo a um público tão seleta. Muito obrigado a todos e agradecemos de coração em nome do Exército Brasileiro. Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, general Hertz. O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra.

Vereador Márcio Bins Ely (PDT): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero me apresentar, general: segundo-tenente R2 de

cavalaria Márcio Bins Ely. Concluí o CPOR em 1995, sou R2. Quero cumprimentar também o Ver. Ustra, proponente. Muito devo à caserna, aos ensinamentos, disciplina e hierarquia. Servi, depois fiz o EI lá em Uruguaiana, com o coronel Danguí. Tramita nesta Casa, general... A gente tem muitos amigos, vejo o Damasceno ali também, da associação dos ex-alunos, é uma alegria. Eu queria também dizer que tramita nesta Casa um projeto de minha autoria, general – nós vamos ter que ver como é que nós vamos fazer depois para implementar –, que é uma bandeira, um mastro de 100 metros de altura a ser colocado no Parque Marinha do Brasil, na Praça do Canhão. Eu quero ver se a gente consegue tramitar e aprovar o quanto antes, depois vamos atrás do recurso e marcar aí o nosso território, o nosso nacionalismo, o nosso viver como patriotas todos aqui, e por amor à nossa Pátria e ao nosso Brasil, também dando a nossa contribuição. Falo aqui em nome da nossa bancada do PDT, faço este registro também pela passagem, pelo transcurso do Dia do Exército. Quero também dizer, Comandante Nádia, que temos muitos amigos na caserna e temos muito orgulho de ter sido parte integrante das Forças Armadas na arma de cavalaria. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Faço questão de citar todos os generais que tão bem representam o nosso Exército aqui, mas eu queria pedir licença para fazer uma saudação em memória a um querido amigo meu, um gringo, o general Miotto, que foi comandante, que era nosso amigo querido. Eu sou de um município não tributável, o município de Ibiraiaras, lá perto de Lagoa Vermelha. Quando eu tinha 18 anos, eu queria tanto servir o Exército e não tive essa felicidade. Eu sempre repito, quando estão aqui os generais, quando estão os oficiais e os soldados, uma lembrança que eu tenho de quando eu era menorzinho. Eu fui num enterro, eu era vizinho de roça de um militar que morreu de malária lá na

Amazônia. O sobrenome era Fracasso. Esse oficial que morreu pelo Exército Brasileiro na Amazônia juntou lá naquela região, na roça, numa capela, toda a população de lá. E todas as crianças do meu tamanho, todos começaram a querer ser do Exército. “Quero ser do Exército”, pelo exemplo do falecido que estava lá sendo carregado, no caixão, pelos Pracinhas – essa foi uma imagem que eu e meus amiguinhos pequenos carregamos pela vida toda. Então, eu não servi ao Exército, mas eu tive a sorte, agora, de ter o meu genro fazendo o CPOR, fez seis anos, enquanto fez o CPOR, ele conseguiu fazer a Faculdade de Economia na UFRGS, e hoje é um executivo financeiro, organizado e disciplinado, como o Exército ensina. Então, eu tenho todas essas lembranças para me orgulhar do Exército Brasileiro, e me orgulho muito. O Exército, agora, mandou um excelente colega para cá, o Coronel Ustra é um vereador competente, um vereador dedicado e que honra muito as fileiras do Exército. Vida longa ao Exército Brasileiro, e pode ter certeza que eu continuo a ter muito orgulho desta cor verde-oliva que tanto defende o nosso Brasil e tantos exemplos dão. E um grande exemplo, general, o Exército deu, no ano passado, aqui nas enchentes, foi o braço forte que nos ajudou a sair dessa crise fantástica. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Idenir. A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra.

Vereadora Fernanda Barth (PL): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Essa homenagem ao Exército Brasileiro é muito importante. Vereador Ustra, ela é muito importante porque nós precisamos manter muito vivo no coração dos brasileiros o que significa termos um Exército forte, patriota, que cuida da nossa soberania, das nossas fronteiras tão ameaçadas, que nós sabemos que não existem homens suficientes da segurança para cuidá-las, a tremenda riqueza que este País, que é tão cobiçada – vocês merecem toda homenagem possível. Eu lastimo muito – eu falo isso aqui em meu nome, sei que vocês não podem – que o atual governo não dê ao

Exército aquilo que ele merece, em termos de infraestrutura, de orçamento, de valorização. Nós precisamos retomar a valorização do Exército Brasileiro, e nesses três quesitos que são muito importantes. Os homens que estão na ponta têm que ter plenas condições de atuar, e as plenas condições são de saúde, materiais, de infraestrutura completas. Nós não podemos mais, por exemplo – e a gente sabe que tem núcleos maravilhosos de inteligência, de infraestrutura, de engenharia –, criar maravilhosos tanques, maravilhosas soluções e isso simplesmente ser entregue, ou ser abandonado no meio do caminho, nós precisamos valorizar isso. Eu tenho um filho que serviu, fez CPOR no ano passado, serviu na Divisão de Cavalaria, ele aprendeu muito com vocês, se tornou um homem de fato, e isso é muito importante. Esses valores e princípios, vocês são os guardiões do nosso hino, da nossa bandeira. Contem sempre conosco aqui. Infelizmente, nem todos os vereadores estão presentes aqui, porque alguns abrem mão de princípios e valores em nome de ideologia, não consigo entender isso. O Brasil tem que estar acima dessas questões político-partidárias, mas cada um, cada um, e cada um com a sua consciência. Contem conosco sempre aqui. O Exército é o nosso guardião; um Exército forte como instituição é o que vai fazer com que este País seja uma Nação forte e soberana. Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver.^a Fernanda.

O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra.

Vereador Hamilton Sossmeier (PODE): Presidente Comandante Nádia, quero cumprimentar aqui o nosso proponente, Ver. Coronel Ustra; cumprimento a secretária Mônica Leal, e, na pessoa do Comandante Militar do Sul, general Hertz Pires do Nascimento, queremos aqui, em nome do Podemos, eu e o Ver. Giovane Byl, parabenizar o Exército Brasileiro, que tem sido, ainda, o guardião dos princípios e dos valores que nós defendemos. E a gente espera que tenha vida longa o Exército, porque sabemos que num país onde é a

degradação moral, institucional tem degradado a nossa sociedade, e os resultados são explícitos. Por isso, a importância e a valorização, da minha parte, ao Exército Brasileiro, vida longa ao Exército. Parabéns por este dia tão especial e tão merecido, que deve ser honrado em todos os dias, todos os momentos todos os tempos. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): A Ver.^a Atena Roveda está com a palavra.

Vereadora Atena Roveda (PSOL): Uma boa tarde, Vereadora-Presidente Comandante Nádia; uma boa tarde aos generais que aqui estão, e a todos os soldados do nosso Exército Brasileiro. Eu queria saudar vocês, principalmente em memória do 3º Batalhão do Exército, que esteve ao lado do governador, que, com certeza, vocês também admiram tanto quanto eu, o governador Leonel de Moura Brizola, que governou este Estado – o 3º Batalhão do Exército esteve ao lado da legalidade da Constituição, lutando em defesa, principalmente da unidade patriótica, que é exatamente a gente respeitar o que está na lei. E eu acredito, com certeza, que os senhores estão muito felizes de estarem aqui conosco. Esta Casa, com certeza, estará sempre aberta a vocês. Parabéns. Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Atena. O Ver. Alexandre, nosso médico pediatra.

Vereador Alexandre Bublitz (PT): Boa tarde, senhores, meu nome é Alexandre Bublitz, eu sou vereador aqui, em Porto Alegre, mas eu também sou tenente da reserva, sou segundo-tenente, fiz a minha formação em Bagé, com o 3º Regimento da Cavalaria Mecanizada, 3º RC Mec, servi no Hospital de Guarnição de Bagé – HGuBa. Tive um trabalho muito importante junto ao Exército, durante a minha formação. Também tive o prazer de poder estar junto com as Forças Armadas, lá na Amazônia, onde o senhor bem falou, onde a gente

teve e está tendo ainda, infelizmente, o processo de garimpo. Eu estive lá junto com a Força Nacional do SUS, atuando na Missão Yanomami, junto do resgate da população indígena. E sei da importância que o Exército tem para nossa Nação, bem como da importância de a gente ter um Exército independente, um Exército que esteja ao lado do povo e não necessariamente de partidos, isso é algo fundamental para que a gente possa ter uma democracia e para que a gente possa ter um país mais forte. Gostaria de dar parabéns a vocês e que possam contar conosco sempre. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Alexandre Bublitz, é que eu fiquei chocada com a fala da Atena. O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Presidente Comandante Nádia, general Hertz, todos os membros do nosso grande Exército Brasileiro, sejam sempre bem-vindos a Câmara de Vereadores, na cidade de Porto Alegre, que tem uma gratidão enorme e uma tradição muito forte também com membros das Forças Armadas, dentro das mais variadas frentes de trabalho da nossa sociedade porto-alegrense e obviamente gaúcha. Eu gostei muito, general Hertz, da sua fala final, com uma frase específica, dizendo que a paz é a concessão do mais forte, algo assim. E nós vemos hoje o mundo, cada vez mais, onde as tensões entre as grandes nações tem se intensificado. Nós vemos países, como a Polônia, por exemplo, se armando até os dentes, literalmente, investindo 4% do seu PIB, e querendo, inclusive, ter a capacidade de dissuasão militar frente ao que nós estamos vendo no leste europeu, com avanço de Vladimir Putin, e nós não podemos, de forma alguma, achar que esse tipo de instabilidade política e militar não chegará aqui no Brasil e na América do Sul. Nós já tivemos, recentemente, os arroubos mirabolantes, é verdade, do ditador Maduro com relação à Guiana Francesa, a região de Essequibo. Nós temos um conflito gigantesco que nós estamos vivenciando todos os dias, questões humanitárias, inclusive, na fronteira da Venezuela com o Brasil, mas muito mais do que isso,

de dramas pontuais do presente, nós precisamos ter uma visão de nação, de forte investimento de recursos nas Forças Armadas, tanto em efetivo, quanto também em capacidade tecnológica. Não demorará muito para que nós tenhamos um questionamento, e já acontece isso em alguns meios, inclusive sob a soberania do território amazônico, nós já temos vivenciado isso e essa é uma realidade. Isso só vai se intensificar frente a tudo que estamos vendo da disputa das grandes potências também, a maior parte delas autocrata, e o nosso País, infelizmente, está se aliando, cada vez mais, às autocracias e não aos regimes democráticos do Ocidente. Quando nós temos o nosso País avançando em alianças estratégicas, inclusive militares, com Irã, China e Rússia, em detrimento das potências ocidentais, isso é um risco gigantesco para o futuro, não da nossa geração, da minha geração, da geração dos senhores, mas a geração da minha filha de quatro anos de idade, que eu espero que ela viva num Brasil forte, que tenha capacidade de dissuasão, que tenha capacidade de pronta resposta a qualquer tipo de relativização do nosso território nacional. E os senhores fazem parte disso agora, no presente, para que a gente possa fortalecer as forças armadas e construir a defesa do futuro. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigado, Ver. Ramiro. O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra.

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB): Boa tarde Presidente, em nome do Partido Comunista do Brasil, quero cumprimentar o comandante Hertz e todos os demais presentes aqui, no dia de hoje, por essa justa e importante homenagem ao Exército Brasileiro. Os e as patriotas de verdade defendem, acima de tudo, a soberania nacional. E defender a nossa soberania nacional passa por fortalecer também as condições das nossas Forças Armadas, e entre elas o Exército Brasileiro, que, diga-se de passagem, a partir de seu comando, deu uma resposta negativa às tentativas de ruptura institucional que são investigadas hoje no nosso País. Reforço, inclusive, que nós que estamos

aqui, Presidente, dias após, o secretário de Defesa dos Estados Unidos ter dito e tratado América Latina como um quintal que ele gostaria de recuperar, nós precisamos dar uma resposta ativa, em defesa da soberania nacional. E não é possível se falar de soberania, como eu disse antes, sem falar do Exército Brasileiro, que tem entre as suas prerrogativas e competências justamente defender a ordem constitucional duramente, inclusive, conquistada pela luta do povo brasileiro, e que é nosso papel, de todos e todas nós aqui, defendê-las. Defendermos a ordem constitucional, a democracia e a nossa soberania. Por isso, deixo aqui o registro dos cumprimentos do Partido Comunista do Brasil, que é um partido que, ao longo dos seus mais de 100 anos de história, confunde a sua história com a luta em defesa do Brasil, da Nação, da nossa soberania e do povo brasileiro. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra.

Vereador Jessé Sangalli (PL): Boa tarde a todos; boa tarde aos generais; aos soldados, tenentes, sargentos, cabos, que diuturnamente trabalham pela defesa da soberania Brasil e que, de fato, defendem a democracia desde quando isso não era moda, porque alguns queriam, inclusive, implementar no Brasil o comunismo e foi o Exército que se somou à sociedade brasileira para impedir o avanço do comunismo no Brasil. E quando alguém vem aqui fala sobre as Forças Armadas defender a democracia, lembro que, sim, de fato, as Forças Armadas defendem, e são outros Poderes que estão desrespeitando a democracia do Brasil, alguns Poderes, inclusive, apoiados por alguns partidos que não querem a democracia e que levam, no nome, justamente o combate à democracia. Então, só lembrar que são os senhores que defendem a pátria e a democracia, e se não fosse as forças de segurança defendendo as nossas instituições, com certeza, no passado, nós teríamos sucumbido a regimes autocráticos. Então, parabéns ao Exército Brasileiro, que no momento

em que foi necessário serviu a nossa Nação e não deixou que a gente caísse nas mãos de autocracias no passado. Obrigado. Tamo junto!

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigado, Ver. Jessé. Não tendo mais nenhum vereador que queira fazer o uso da palavra, vamos escutar e cantar, quem sabe, a canção do Exército para encerrar essa solenidade de homenagem ao Exército Brasileiro. *Si vis pacem, para bellum.*

(Procede-se à execução da Canção do Exército Brasileiro.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Suspendo a sessão por cinco minutos para que a gente possa fazer uma foto coletiva, aqui na frente, com os vereadores. Se o general autorizar, quero pedir para a tropa também descer aqui. O general autorizou. Por gentileza, peço que se aproximem os senhores oficiais e praças também aqui para a foto.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h28min.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): (15h35min) Estão reabertos os trabalhos. Ver. Giovani, questão de ordem, por gentileza.

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB) (Requerimento): Presidente, mais uma vez, lhe desejo uma boa tarde. Solicito, em meu nome e em nome da Ver.^a Grazi Oliveira, a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Giovani Culau e Coletivo, bem como da Ver.^a Grazi Oliveira. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente Comandante Nádia, colegas vereadoras e vereadores, público que nos assiste; hoje, eu venho a esta tribuna para abordar um tema que tem gerado intensos debates e, muitas vezes, contradições em nosso cenário político: a questão das parcerias com a iniciativa privada na saúde pública, especialmente no que diz respeito ao Sistema Único de Saúde – o SUS. Recentemente foram veiculadas as notícias que destacam a nova iniciativa do governo federal que, sob a liderança do Presidente Lula, está reformulando o programa de filas do SUS e prevendo a realização de exames e cirurgias em hospitais privados. Essa medida, a princípio, visa acelerar o atendimento e reduzir as filas que tanto afligem a população, é uma iniciativa, sem dúvida, que merece o nosso reconhecimento. Entretanto, é curioso notar que enquanto o governo federal busca parcerias com a rede privada para melhorar o acesso à saúde, aqui em Porto Alegre a esquerda critica as terceirizações nos postos de saúde e nas unidades básicas de atendimento, conduzidas pelo Executivo Municipal. Essa contradição é digna de reflexão. Se o governo federal, que é da mesma linha ideológica, está adotando essa estratégia para garantir mais agilidade e eficiência no atendimento à saúde, por que não podemos reconhecer as terceirizadas, as parcerizações e os contratos privados no âmbito municipal? Também podem ser a solução viável. A verdade é que a saúde pública enfrenta desafios imensos e precisamos ser pragmáticos em nossas abordagens. O que importa é a qualidade no atendimento e a rapidez com que consigamos atender a população. Além disso, é importante destacar que no Estado do Rio Grande do Sul o programa Assistir, da secretaria de Saúde, retirou recursos significativos, que foram utilizados para realizar atendimentos de pacientes fora do Município, especialmente dos que residem no interior, os quais acabam vindo para a capital para serem atendidos na nossa cidade. Essa decisão não trouxe as mudanças necessárias e esperadas para a população de Porto Alegre, no que se refere à superlotação. Portanto, não podemos ignorar que a falta de recursos vindos do Estado e a má-gestão desses recursos tem um impacto direto na saúde da nossa população. A

iniciativa do governo federal de realizar parcerias com hospitais privados é uma resposta a essa necessidade urgente de garantir acesso às pessoas, porém não podem esquecer que também para os municípios são importantes essas parcerizações. Se essa estratégia está sendo adotada em nível federal, por que não podemos, na lógica, usar para os municípios? Porém, para que isso aconteça, são necessárias algumas ações: atualização da tabela SUS, ampliação das UPAs, mas com repasses suficientes para mantê-las, porque não adianta abrir mais prontos atendimentos, mais unidades de pronto atendimento, se não tivermos como manter essas UPAs, dentre outras ações. Então, por favor, senhores, menos ideologia e mais ação. A saúde está na UTI e nós precisamos falar sobre isso. Inclusive amanhã, em parceria com a presidência da Câmara, com a Comissão de Saúde e Meio Ambiente – a COSMAM –, nós estaremos com uma grande reunião aqui no Otávio Rocha para que possamos discutir sobre a saúde de Porto Alegre, saúde esta que está na UTI. Muito obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver.^a Cláudia Araújo. Ver. Carlo Carotenuto, questão de ordem.

Vereador Carlo Carotenuto (REPUBLICANOS) (Requerimento): Presidente, gostaria de pedir a todos os vereadores um minuto de silêncio pela morte do Sr. Paulo Roberto de Oliveira, um dos fundadores do Brique da Redenção, que faleceu no dia 11 de abril de 2025. Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Apregoo e defiro o requerimento, de autoria do Ver. Carlo Carotenuto, solicitando um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Paulo Roberto de Oliveira.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Solicito ao Ver. Márcio Bins Ely que substitua esta Presidente. Já temos uma vereadora inscrita em

liderança, o senhor passa aqui e depois eu volto. Estamos aqui também em período de Comunicações.

(O Ver. Márcio Bins Ely assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Juliana de Souza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): A cada seis minutos, uma mulher é abusada no Brasil; a cada quatro horas, uma mulher é morta no Brasil; seis, a cada cem mulheres, perdem a vida por dia no Brasil; 66% delas são mulheres negras; três, a cada dez mulheres, já foram vítimas de violência doméstica no Brasil; o Brasil é o quinto país que mais mata mulheres no mundo todo; e, aqui no Rio Grande do Sul, em 2024, nós tivemos 111 casos de feminicídio. Esses são dados que apresentam a urgência de nós avançarmos na construção de estratégias e políticas públicas para garantir o direito à vida das mulheres brasileiras, gaúchas e porto-alegrenses. Eu vim aqui hoje, Presidente, com o selo da campanha Feminicídio Zero. Foi assinado hoje, pela Assembleia Legislativa, junto com a ministra das mulheres, Cida, o Pacto pelo Feminicídio Zero, um ato que reuniu universidade, entidades, movimentos sociais, Defensoria Pública Ministério Público, Tribunal de Justiça, diversas instituições, Ver. Ramiro, e também os clubes de futebol, em uma grande mobilização em defesa da vida das mulheres. Essa que deve ser uma pauta que deve nos unir neste plenário e que exige de nós ações concretas, sobretudo investimento político, prioridade na agenda dos governos. E, diante de um salão Júlio de Castilhos lotado, que recebia a ministra para assinar esse compromisso da Assembleia Legislativa no enfrentamento ao feminicídio, Ver.^a Vera, nós localizamos uma ausência. Estava ausente o governo do Estado, o governador Eduardo Leite não enviou uma representação sequer para esse momento tão importante no nosso Estado, que, todos os dias, também tem mulheres vítimas de violência que não têm acesso a uma rede de proteção que lhes garanta o

apoio necessário. Nós viemos aqui hoje exigir que o Rio Grande do Sul, que é um dos poucos estados, Ver.^a Vera, que ainda não aderiu ao Pacto pelo Femicídio Zero, faça essa adesão. É pelas vidas de todos, de todas nós. Quando uma mulher é assassinada, os órfãos do feminicídio têm sua vida também tolhida; são eles homens, mulheres, meninos e meninas, crianças que perdem a perspectiva de ter o cuidado da mãe. Por isso, é tão urgente que o governo responda essa demanda das mulheres e assine o Pacto pelo Femicídio Zero. Dezenove estados já assinaram. Nós, além de não termos assinado o Pacto pelo Femicídio Zero, aqui no Rio Grande do Sul ainda não avançamos na construção da Casa da Mulher Brasileira; Casa da Mulher Brasileira, que foi assinada pela ministra Eleonora ainda no governo da Presidente Dilma, em 2014, e que agora no governo do Presidente Lula, frente à reestruturação das políticas de proteção à vida das mulheres, já depositou, Ver.^a Vera, aqui para o nosso Estado, os recursos para a construção da Casa da Mulher Brasileira. Mas o governo do Estado tem sido lento e, diante da sua lentidão, mais de nós perdemos a vida. Por isso, não dá mais para negligenciar o combate ao feminicídio como este governo vem negligenciando. É urgente a Casa da Mulher Brasileira. O dinheiro do governo federal já está no caixa do Estado e é preciso ter uma ação concreta de prioridade à proteção às nossas vidas. O governo Eduardo Leite precisa assumir a sua responsabilidade. E aqui em Porto Alegre nós também precisamos reestruturar a rede de proteção às mulheres vítimas de violência. Eu sei que essa é uma pauta que pode nos unir, e que nós vereadores e vereadoras dessa capital, temos condições de exigir, tanto da Prefeitura, como do governo do Estado, que o direito à vida das mulheres seja uma prioridade política na agenda de políticas públicas de investimento e da construção de uma mudança de cultura e mudança de comportamento. Pelo direito à vida das mulheres! Femicídio zero! (Palmas.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver.^a Juliana.

O Ver. Gilvani o Gringo está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR GILVANI O GRINGO (REPUBLICANOS): Boa tarde a todos. Primeiramente, quero dizer que, nos primeiros 100 dias de mandato, eu já estou com meu nome no Conselho de Ética. Quero que todos analisem bem a minha forma de trabalhar, o meu jeitão gringo de agir, que é em prol das causas. Eu não fujo desse compromisso que eu carrego no meu coração. E eu falo que na saúde e nos serviços básicos, como água, energia elétrica, eu tenho que atuar muito forte em cima disso, estressar o sistema, para que haja uma mudança. Já estou vendo mudança aqui dentro, no Executivo, e também já escutei mudança em quem atua. Só que não é o suficiente. A coisa tem que ter investimento, e tem que ter mudança também dos profissionais, analisar as coisas com mais coração, para que as coisas aconteçam. Bom, água e energia, meu povo, são direitos básicos, não são favores. Todos testemunhamos o descaso da CEEE Equatorial, que deixou bairros inteiros no escuro e comprometeu o abastecimento de água. Foi na linha de frente dessa crise que nasceu o projeto de lei Banco de Água Mineral, um projeto da minha autoria, para que nenhuma família dependa da sorte quando a rede pública falha com água potável. Água potável é dignidade, não é luxo. Visitei as UPAs Moacyr Scliar e Bom Jesus, fiscalizei reformas paradas e cobre a ampliação das equipes, apresentei indicações para ampliar a distribuição de medicamentos a pessoas com transtorno do aspecto autista. Cuidar das famílias é e sempre será uma prioridade minha. Cem dias são só o começo, meus amigos, mas não provam que Porto Alegre muda quando a gente arregança as mangas e trabalha junto. Ao povo que me confiou nesse crachá que carrego reafirmo: seguirei nas ruas ouvindo, fiscalizando, legislando para cada morador, pois sinto orgulho de viver aqui. Presidente, senhoras e senhores vereadores, amigas, amigos que acompanham esta sessão, boa tarde. Voltei lá no começo. Aos colegas vereadores, estendo a mão para somar forças aos gestores públicos, renovo o chamado à parceria a cada porto-alegrense, deixo um convite, continuem me cobrando, porque só há uma forma de honrar esta tribuna: entregar resultados. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Gilvani.

O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Quero aqui cumprimentar o Ver. Márcio Bins Ely, que está, neste momento, presidindo esta sessão, os colegas vereadores, o público que nos assiste pela TVCâmara, o público das galerias. Eu quero aqui registrar um alerta importante sobre os casos de dengue no Estado: já são 6.421 casos confirmados desde março. Quando o Rio Grande do Sul entrou em situação de alerta, mais de 2.700 novos casos foram diagnosticados. Diante desses números, reforço aqui, como parlamentar, um apelo à população de Porto Alegre: é fundamental redobrar a atenção e manter os cuidados básicos para evitar a proliferação da doença e assim não sobrecarregar ainda mais o já sobrecarregado sistema nosso de saúde.

Ainda quero registrar meus cumprimentos pelos 93 anos da fundação da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Rio Grande do Sul, celebrados dia 11 de abril. Parabenizo, em especial, o presidente da instituição, Sr. Leonardo Lamachia, pelo discurso irretocável proferido na ocasião que, sem dúvida, expressou o sentimento de muito gaúchos, inclusive o meu. (Palmas.)

Quero, nesta tarde, também parabenizar, com grande alegria, o Ministério Restauração, na pessoa do querido pastor presidente Humberto Schimitt Vieira, pelos 21 anos da sua fundação. Essa instituição tem sido, ao longo de sua caminhada, um verdadeiro exemplo de fé, seriedade e compromisso com o reino de Deus. Seu trabalho incansável e sua dedicação ao próximo são marcas que enobrecem e engrandecem não apenas a igreja como instituição, mas toda a comunidade que é impactada por suas ações. Que Deus continue abençoando poderosamente esse Ministério, fortalecendo sua missão e multiplicando seus frutos, para que vidas sigam sendo restauradas e transformadas pelo amor de Cristo. Muito obrigado, boa tarde.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Hamilton.

O Ver. Marcos Felipi está com a palavra em Comunicações. (Desiste.)
Pergunto se a Ver.^a Atena Roveda pode assumir aqui para eu falar em liderança.

(A Ver.^a Atena Roveda assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE ATENA ROVEDA (PSOL): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver.^a Atena. Na pessoa de V. Exa., cumprimento os demais vereadores e vereadoras, o público que nos assiste nas galerias, na TVCâmara, as senhoras e os senhores. Quero aqui cumprimentar o secretário André, que acompanha os trabalhos hoje – bem-vindo, secretário –, e, de maneira muito especial também, a escola de samba Fidalgos & Aristocratas, na pessoa do nosso conselheiro tutelar. Bem-vindo, André – também André, André Duarte, a quem a gente saúda. Mas eu queria aqui fazer uma reflexão e pedir, na presença do nosso secretário André, Ver.^a Cláudia; Ver. Cecchim, vice-líder do governo; uma atenção especial às emendas impositivas ao orçamento. Uma das principais ferramentas democráticas que permite ao Legislativo designar recursos nas mais diversas e importantes áreas do Município, no que diz respeito à destinação dos recursos da cidade, conforme o interesse público que representa cada mandato, tem sido feito através da lei orçamentária. E a lei orçamentária é uma lei complementar, e, enquanto lei, deve ser cumprida, vereadores. É muito decreto, é muito parecer, é muito mimimi para pagar as emendas dos vereadores. Só que, na realidade, nós não estamos aqui falando de emenda de vereador, nós estamos falando de emendas ao orçamento de mandatos parlamentares que legitimamente foram eleitos para estarem aqui legislando em favor das pessoas, em favor da qualidade de vida, em favor das boas causas, e não é favor pagar o que está destinado por lei e investir o que

está destinado por lei às causas que foram definidas no orçamento para onde o recurso deve ser investido. Senão, vejamos aqui, ó, o parecer técnico da CGM de Porto Alegre – parecer que só parece, porque parecer só parece, quem responde é o agente público, e a lei tem que ser cumprida. Pelo exposto, recomenda-se cautela na análise do caso concreto de modo a garantir que o recurso público destacado do orçamento, emenda parlamentar, seja empregado em projeto com finalidade de interesse público. Então acho que estão de brincadeira com esta Casa. Isso aqui não é sério ou será que algum vereador aqui vai destinar alguma emenda que não tem interesse público? Ora, eu estou falando aqui no caso em tela de uma entidade, que tem um termo de permissão de uso, e um recurso que vai ser usado para qualificar um espaço de uso público na área da cultura em uma escola de samba. Claro, daí, obviamente, o secretário vai ficar preocupado. Então, pessoal, acho que nós temos que fazer uma análise aqui, ver de que maneira a gente pode fazer um alinhamento e enfrentar de maneira a resolver essa situação que envolve os óbices na tramitação e na liberação dos recursos do orçamento às causas destinadas por emendas parlamentares à cidade, às entidades, na área da saúde, da educação, da cultura, do tradicionalismo, da segurança, da habilitação e tantas outras. Está aqui o nosso secretário da educação, a quem eu saúdo também. Não é possível, não é possível que se possa levantar qualquer tipo de insinuação de que uma emenda parlamentar não tenha interesse público, é lei, tem que ser cumprido. Ah, mas o decreto... O decreto não é lei! Ah, mas o decreto tem um entendimento diferente, não sei do quê... É conversa, conversa para não pagar o que está escrito na lei, que foi aprovado. Lei orçamentária é lei complementar, não tem parecer, não tem decreto, não tem ordem de serviço, não tem entendimento de procurador que não vai deixar que se cumpra uma lei. Se a lei foi aprovada, ela tem que ser cumprida. Eu venho aqui fazer essa reivindicação em nome da liderança do meu partido, do PDT, porque é uma barbaridade o que está acontecendo aqui na cidade, estão atravancando, freio de mão puxado para não investir recurso público na destinação que a lei, que no ano passado foi aprovada, destinou. Então nós temos que ter muito cuidado com o que está

acontecendo aqui. E vamos recorrer, se for necessário, ao prefeito para que a lei seja cumprida. São as nossas considerações para a tarde de hoje. Muito obrigado.

PRESIDENTE ATENA ROVEDA (PSOL): Obrigada, Ver. Márcio Bins Ely.

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, nós vimos estarecidos, nos últimos dias, pessoas que não sabem o que é o SUS, falando mal do SUS. Pessoas imbuídas de uma ignorância política atacando o Sistema Único de Saúde, pessoas que acham que o SUS é apenas um leito no hospital público, que o SUS é um remédio no posto de saúde. Pessoas que dizem que não usam o SUS porque têm dinheiro, mas eu queria lembrar que vacinas públicas ou pagas passam pelo SUS, a aprovação de quaisquer vacinas passa pelo SUS. Então, todos os brasileiros que tomam uma injeção, a vacina, precisam do SUS; todos que almoçam ou jantam em quaisquer restaurantes, precisam do SUS, porque todo alimento brasileiro passa pela vigilância sanitária. Então, a criatura que fala bobagem contra o SUS – porque tem dinheiro no bolso, porque não vai no posto de saúde, no hospital público, tem plano privado – acha que não usa o SUS. Usa o SUS! Então, a pessoa que mesmo que vá comer no restaurante caro não vai pegar bactéria porque tem alguém no SUS, na vigilância sanitária do seu município, do seu estado cuidando da questão sanitária. Alguém que vai no supermercado e compra uma proteína, um alimento perecível, isso passa pelo SUS. Então, esse recado aqui é para os ignorantes de plantão que não entendem o que é o SUS. Vão estudar primeiro antes de falar, porque o SUS salva vidas. Graças ao SUS,

nós, todos e todas, estamos aí intactos, bem saudáveis. Então, essa gente aí metida a *influencer*, agora qualquer um que tem conta na internet diz que é *influencer*, aí ganha um dinheiro ali, é monetizado e diz que influencia. *Influencer* mesmo é o professor, é a professora, que está lá na escola ensinando ciências, ensinando conhecimento, inclusive, explicando aos ignorantes o que é o SUS. Porque tem ignorante politiqueiro querendo surfar na onda da mentira da *fake news*, mas não passarão. Ainda bem que tanta gente boa foi lá desmentir essa pessoa mal-intencionada, na última semana, que estava mentindo e se dizia *influencer*. Ora só, *influencer* da ignorância, mas está explicado.

Continuando, esta cidade aqui está com problema crônico, está com problema crônico. Acharam R\$ 3 milhões para doar aos abonados, a South Summit. Mas o pior não é o caso da Prefeitura, o pior é o governador que achou R\$ 15 milhões, o governador que tirou dinheiro da saúde de Porto Alegre, achou R\$ 15 milhões para dar para a South Summit. Tirou dinheiro da saúde de Porto Alegre, esse governador Leite, mas o dinheiro ele achou no cofre e deu para a South Summit. Agora, eu pergunto: a South Summit deu uma vacina em Porto Alegre? Ela deu leite em Porto Alegre? Ela deu um SAMU para Porto Alegre? Ela botou o salário em dia do médico, do enfermeiro, do técnico? Não botou, Sr. Governador, V. Exa. está de costas para Porto Alegre, e Porto Alegre lhe deu 60% dos votos na eleição no segundo turno, governador. Onde está Vossa Excelência? Amanhã, nós vamos conversar aqui bastante sobre isso, vocês vão ter que explicar para nós, acharam dinheiro para festa privada de empresas privadas, mas o governador não acha dinheiro para a saúde pública da nossa capital. É ou não é um governador seletivo? Eu acho que ele está aprendendo com o Sebastião Melo, que foi lá “nas europas” buscar a South Summit, agora achou R\$ 3 milhões para a South Summit e não acha dinheiro para fazer vaga em escola. Está aqui o secretário de educação, que deveria estar ali sentado explicando o porquê de ter sete mil crianças sem vaga em escolas de Porto Alegre.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Jonas. Mais algum vereador se inscreve em tempo de liderança?

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, nós estamos muito preocupados com a situação de Porto Alegre. Mais uma vez, vem para esta Casa um contrato temporário para servidores da saúde. Eu queria saber se o secretário da saúde é temporário. Se é temporário, já pode ir saindo, pode antecipar a demissão, porque ele não consegue fazer gestão da saúde, é toda hora ele pedindo para nós aqui aprovarmos contratos temporários emergenciais. De onde que a saúde é emergencial, secretário Fernando Ritter? Cadê V. Exa., aqui? Foi ali na South Summit, o secretário da saúde foi na South Summit dar discurso, 300% de superlotação nas emergências e ele foi lá dar discurso. Eu não sei qual é o modelo de gestão dele, empresarial da saúde, que é aumentar a fila do SUS na capital. Gestão incompetente, secretário, V. Exa. está mal e está afundando a nossa capital junto, e junto está afundando a Secretaria Estadual da Saúde e os hospitais filantrópicos, porque V. Exa. não consegue gerir a coisa pública. Olha o que ele pede aqui: 14 auxiliares de farmácia, 1 biomédico, 23 enfermeiros, 8

farmacêuticos, 2 fisioterapeutas, 2 médicos especialistas, 81 técnicos de enfermagem, 4 técnicos de laboratório e 1 técnico de nutrição. Ele sabe que a cidade tem necessidades concretas permanentes. O que não dá para ser permanente é esse secretário lá na secretaria. Ele não entende de saúde. Ele sabe que Porto Alegre vive um problema crônico e ele não abre concurso para ter funcionários aos vários setores. Secretário, se está com 300% de superlotação na emergência, o que tem que fazer? O que tem que fazer? Um replanejamento e pedir mais recurso, secretário, e não ir à South Summit! O elevador do posto de saúde Santa Marta, que tem vários andares, está sempre estragado, e é o mesmo contrato, a mesma empresa. Eu pergunto: de quem é essa empresa? A empresa não sai, o elevador também não sai do lugar, não sobe e desce, e os pacientes, cadeirantes, idosos, gestantes, todos, tendo que usar escadaria. Isso que eu estou dando o exemplo só do posto de saúde Santa Marta, no Centro, um contrato. Sem contar os demais, que nem os dissídios aos terceirizados são cobrados e colocados de dia, mas o secretário se dá ao luxo de ir à South Summit. Quem será que se iludiu com o discurso do secretário da saúde, o Ritter, na South Summit? Eu não, porque eu sei qual é o caso real da saúde de Porto Alegre, que dá uma chuvinha e chove na cabeça dos pacientes do Hospital de Socorro. O Hospital de Pronto Socorro, minhas amigas, amigos cidadãos e cidadãos. Ver. Cecchim, quero lhe dizer isso, V. Exa. sabe, a Prefeitura é que a mais bota dinheiro no HPS, e até hoje esse secretário não sentou para cobrar da secretaria estadual mais repasse para os leitos do HPS, porque os leitos também são utilizados pelos pacientes do interior também. Até hoje ele não criou o GT para cobrar, para trazer os deputados estaduais que se elegem com voto de Porto Alegre, para contribuir, inclusive, com emendas para o HPS. Eu, felizmente, já conversei várias vezes com a deputada Sofia Cavedon, deputado estadual, e ela já colocou várias emendas para o HPS. Ela fez sua parte, agora os demais partidos têm que fazer a parte deles e o governador tem que entender que o HPS não é só de Porto Alegre, aí ele lava as mãos e o secretário de saúde vem aqui pedir contratos temporários, de novo, para a saúde. A gestão não está sendo feita na saúde, e tem nome e sobrenome. A má

gestão tem nome e sobrenome: Fernando Ritter. Fernando Ritter, está na hora de se aposentar, meu querido, e largar o chapéu para quem queira administrar a saúde para o povo.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Jonas. Pergunto se mais algum vereador se inscreve para discutir a pauta ou em liderança. Ver. Pedro Ruas? Não? Então, agora sim, solicito a abertura do painel para ingressarmos na Ordem do Dia. Ver. Gilson está contemplado? Se inscreve? Não?

(16h16min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Apreciação do PLE nº 006/25. Já rejeitamos a Emenda nº 01, e agora apreciaremos a Emenda nº 02, que está destacada.

Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 006/25. O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, mais uma vez, quem nada entende de educação simula que traz propostas inovadoras para a cidade, coisas que já não deram certo em outros lugares. Felizmente, eu tive o direito e o privilégio de fazer doutorado em educação e estudar um pouco políticas educacionais, não tem como dar certo educação com autoritarismo, não deu em lugar nenhum, não dá certo. Educação é como democracia, com participação e com conhecimento científico. As pessoas não acreditam nisso, elas não acreditam. Elas acham que podem inventar, e por aí segue, e esse é o problema do Brasil. Existe a Emenda Constitucional nº 59, desde 2009 – constitucional –, que diz que a educação é obrigatória, dever do Estado e da família, direito da pessoa de 4 a 17 anos, e até hoje Porto Alegre não garantiu isso. Aí vem para cá um pacote do

Alfabetiza+POA; eles dizem que vão resolver agora com isso. Nós precisamos de escola, nós precisamos fazer escola de educação infantil, mas o governo não quer fazer escola, ele não tem esse compromisso. A educação básica, para quem não conhece, ela se constitui de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vereador, V. Exa. já encaminhou, desculpa; já encaminhou a emenda, me avisa aqui a assessoria. Não me leve a mal.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Só para concluir o raciocínio.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Para concluir.

VEREADOR JONAS REIS (PT): A educação básica precisa ser olhada em todas dimensões, e estão querendo olhar aqui dois anos do fundamental. Não tem como dar certo. O ensino fundamental tem nove anos, se não atacar inteiro, e a educação infantil, não vai acontecer. Então, vereadoras e vereadores, leiam o que vocês estão votando, porque o Ver. Jonas Reis vai cobrar daqui três anos e vai mostrar que a educação não vai mudar com isso.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. Pergunto se mais algum vereador gostaria de encaminhar a votação. Não havendo mais vereadores que queiram encaminhar, coloco em votação.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 006/25. (Pausa.) Registro a presença da Ver.^a Natasha Ferreira, do Ver. Erick Dênil e do Ver. Coronel Ustra, que não tinham conseguido registrar as presenças.

Um minuto e trinta segundos, pergunto se algum vereador não conseguiu votar. Ver. Giovani Culau, conseguiu votar? (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM**; 19 votos **NÃO**.

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB): Presidente, eu gostaria de ter retirado a Emenda nº 03, de minha autoria, mas em razão de nós já termos encerrado o período de discussão, eu não tenho mais a possibilidade de, regimentalmente, retirar a emenda. Então eu gostaria de sugerir que nós, de forma simbólica, fizéssemos a rejeição dela, sem necessidade de encaminhamento ou de votação nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Governo e oposição dão acordo? (Pausa.) Em votação a Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 006/25. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **REJEITADA.**

Passamos à Emenda nº 06, tendo em vista que a Emenda nº 04 e a Emenda nº 05 foram retiradas.

Em votação a Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 006/25. (Pausa.) A Ver.^a Juliana de Souza está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Boa tarde, colegas. A Emenda nº 06 apresenta um dos pontos que eu havia mencionado na tribuna, no momento de discussão do projeto. Na verdade, ela desenvolve a compreensão de que nós temos universidades públicas que já têm contribuído substancialmente com o processo formativo dos nossos professores e professoras da rede municipal, tanto com a formação inicial como também com políticas de formação continuada, e que este programa, secretário, poderia aproveitar o conhecimento produzido aqui pelas nossas universidades, poderia construir parcerias estratégicas com a UFRGS, por exemplo, para avançar nos processos de formação continuada da nossa rede, ao invés de priorizar as parcerias com instituições privadas e com institutos para a formação da nossa rede. Então a emenda propõe, sobretudo, que a gente não tenha a política de transferência de recurso público para as instituições privadas, como a política

organizadora do processo formativo da nossa rede, e, sim, que a gente possa aproveitar todo o conhecimento produzido aqui na universidade para assegurar um processo de formação de qualidade, sem custos para o erário e também com uma parceria estratégica com quem já faz o processo formativo da nossa rede, assegurando que esse não seja mais um programa para avançar no processo de privatização da educação municipal que vem ocorrendo paulatinamente com o governo Melo e sobretudo agora nesta agenda da atual secretaria de Educação que ampliou a terceirização da educação especial que efetiva o programa Escola Bem-Cuidada que vai, líder Cecchim, desempenhar um grande valor para instituições privadas fazerem a manutenção das nossas escolas e que também transfere recursos públicos por meio do programa Alfabetiza+POA para instituições privadas fazerem aquilo que a nossa universidade pública poderia fazer com excelência. Então essa é a proposta da Emenda nº 06, a gente garantir parceria estratégica com a UFRGS e outras universidades públicas no processo de formação dos nossos educadores e educadoras da rede, em detrimento da transferência de recurso público para o setor privado. Muito obrigada, Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver.^a Juliana.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 006/25.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, essa é uma emenda muito fundamental porque ela não deixa margem a entrar o privado no dinheiro público, na educação pública. Mas o governo não quer tudo aberto, chamar as empresas privadas. Eu tenho que lembrar: quando chamaram empresas privadas aqui, há dois anos, em 2022, nessa cidade, um ano depois a secretária foi para cadeia; quando meteram o privado na educação deu cadeia, e duas assessoras foram para a cadeia também; e um megaempresário, o dono das empresas, foi para cadeia. Esse é o privado no público. O dinheiro era público, do fundo para educação, mas o

interesse era privado. Vejam por que essa emenda tem que ser aprovada, para que seja só o público. Mas eu não sei, eu acho que aqueles vereadores e vereadoras que no passado acharam ruim a secretária ser presa, ruim toda investigação, eles vão votar “sim” nessa emenda, para limpar o terreno do futuro, o futuro ser privado, agora é público-público. É a hora da verdade com essa emenda. Mas eu queria lembrar também que Porto Alegre está sendo investigada ainda. A SMED está sob investigação; várias pessoas estão afastadas. Aliás, onde está o filho do prefeito? Está afastado aqui. Cadê? Era vereador, não é mais. O presidente do partido também, cadê? Escondeu-se. Botaram ele onde? Está guardado? Guardaram os meninos! Venham os meninos para cá para conversarmos sobre o privado no público, o privado na educação. Tem gente que ouve o Ver. Jonas falando, finge, olha para o lado, olha lá, o que ele está falando? Eu estou falando dos escândalos da CPI, das algemas, estou falando dos apartamentos, estou falando da Ferrari apreendida, estou falando de tudo isso que está nos jornais, e é contra isso que falo, porque eu não quero que mais aconteça, porque dá trabalho, dá trabalho saber que as escolas não têm um banheiro funcionando hoje, como a escola Dolores não tem banheiro funcionando, mas tinha milhões para comprar os tais *chromebooks*, lousas digitais – até hoje tem lousa, na caixa, guardada. Eu recebi – secretário de educação, Pascoal, ouve essa, essa o senhor vai resolver – um documento da sua secretaria, dizendo que o esgoto da EMEF Vereador Carlos Pessoa de Brum será resolvido ao longo do ano, ou seja, fiquem aí com o esgoto na escola durante o ano inteiro de 2025. Não é possível, secretário, por favor, por favor! Recebi essa resposta que, ao longo do ano, o esgoto será resolvido. Quer dizer que as crianças podem sentir o cheiro do esgoto. Agora, pergunto, secretário de educação: se o esgoto fosse na porta da SMED, ficaria o ano inteiro esperando o esgoto? Agora lhe pergunto, secretário: não tem uma empresa privada que seja – uma empresa privada que seja –, para pelo menos tirar o esgoto da EMEF Vereador Carlos Pessoa de Brum na Restinga? Secretário Pascoal está numa conversa cerrada ali, acho que não ouviu, mas está registrado nas notas

taquigráficas aqui que, público ou privado, secretário, pelo menos tira o esgoto da EMEF Vereador Carlos Pessoa de Brum, por favor.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 006/25. (Pausa.) Algum vereador não conseguiu votar? (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 12 votos **SIM**; 18 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jessé Sangalli, a Emenda nº 07, destacada, ao PLE nº 006/25. (Pausa.) Algum vereador não conseguiu votar? (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 9 votos **SIM**; 18 votos **NÃO**. A Ver.^a Grazi registra o voto “sim”.

Em votação a Emenda nº 10, destacada, ao PLE nº 006/25. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha essa sessão, vejam só: o governo quer que a gente aprove dinheiro para eles gerirem o programa sozinhos, sem a sociedade civil. Da outra vez que ele, sozinho, geriu o dinheiro da educação, até o filho do prefeito foi afastado, está sendo investigado, e a secretária foi presa. Eles querem continuar gerindo sozinhos, e a gente está propondo aqui um comitê gestor, mas claro que eles querem ficar sozinhos lá na educação. O secretário é outro, mas o governo é o mesmo; mudaram algumas cabeças, mas eles querem ficar sozinhos ali, fechados no prédio da SMED, sem instituições de fora. Por que eles não querem instituições públicas olhando o programa, avaliando o programa? Por que eles não querem avaliação permanente? Porque o interesse deles não é a qualidade da educação, o interesse deles é fazer o contrato e deu, acabou. Tchou, tchau! Não precisamos de você, só nós aqui. Então, essa emenda é para ajudar. Quem avisa amigo é! É para ajudar. Não quer ajuda, vamos aguardar. Eu vou dizer para vocês, em um ano e meio, dois anos, a gente já tem o resultado: não vai dar certo, por que já vimos isso em outros municípios. Faltou criatividade, faltou criatividade! Faltou criatividade para construir com quem alfabetiza. Querem

trazer de fora. Eu vou dizer uma outra coisa que deu errada e que o secretário não quis desfazer, mas a gente falou para o prefeito Melo – falamos, e o prefeito Melo entendeu –, tomara que ele reverta: nós falamos para não tirar as monitoras de educação especial das crianças com deficiência das escolas de ensino fundamental. Ele foi lá, ouviu não sei quem, o secretário novo que chegou em janeiro, não sei quem falou... E já tinham falado, o secretário anterior tinha ouvido e não fez essa desgraça de tirar – o José Paulo –, ele manteve. Alguém ludibriou o secretário Pascoal, de novo, com essa história, tirou as monitoras. Está um caos as escolas de ensino fundamental sem as monitoras que cuidavam da inclusão. Está mal aconselhado, está com péssimos conselheiros! Muda, muda por que a educação precisa de gente que quer ouvir, que quer dialogar. Não está bem, secretário, V. Exa. está indo mal, traz para cá o programa que é bolsa para alguns; a educação é feita por todos. Nessa bolsa aqui, não tem bolsa para as monitoras, não tem bolsa para quem está trabalhando com ciclo de alfabetização, não tem bolsa para o pedagógico, para a direção da escola. Ele acha que é só o professor na sala de aula que alfabetiza, que o professor de educação física, de artes, de línguas não participam do debate da construção do conhecimento, vereadora professora Grazi. Que falta faz, vereadora professora Karen, alguém da educação pensando esse programa; vereadora professora Juliana, que falta faz! Mas se cercou de quem ele quis, da turminha. Só tem um caminho: vai dar errado. Nós estamos tentando propor emendas para consertar, para dar certo, porque eu não sou do “quanto pior melhor”, eu quero melhorar, mas eu não posso olhar educação e dizer: “Tu vais ganhar bolsa; tu não, tu está com cabelo muito liso, não gostei; tu não, tu é de outra área.” Quem não entende de educação, faz isso, parcelado, tudo cortado, não tem a concepção do todo, não tem uma noção holística da realidade. Essa é a dificuldade do Brasil, porque os políticos não ouvem as autoridades das determinadas áreas de conhecimento. Para fazer proposta para educação, para alfabetizar melhor é preciso conversar com quem faz isso há muito tempo. Isso aqui não tem, não tem. E não quer nem um grupo de pessoas para discutir e avaliar no caminhar:

“Já que está propondo aqui, nós estamos propondo comitê gestor”. Nem isso! É porque não quer fazer avaliação permanente. Isso é triste, isso é triste.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Jonas. Pergunto se mais algum vereador se inscreve para encaminhar. (Pausa.) Não havendo mais inscritos, colocaremos em votação.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 10, destacada, ao PLE nº 006/25. (Pausa.) Algum vereador não conseguiu votar? Um minuto e trinta segundos. A Ver.^a Natasha vota “sim”, o Ver. Jonas vota “sim”, a Ver.^a Karen vota “sim” – não conseguiram votar? – Ver.^a Juliana vota “sim”, Ver.^a Grazi vota “sim”, Ver. Pedro Ruas vota “sim”, Ver. Oliboni vota “sim”, Ver. Erick Dênil vota “sim”, Ver. Robaina vota “sim”, Ver. Bublitz vota “sim”, Ver.^a Atena vota “sim”. (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM**, 18 votos **NÃO**.

Registramos a presença do secretário Schirmer, a quem saudamos – boa tarde, seja bem-vindo, sempre vereador desta Casa –, e também do secretário Pascoal, da educação.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Só uma questão de ordem, Presidente, o painel já estava fechado após um minuto e meio, quando a esquerda votou. Peço que V. Exa. mantenha, quando a gente quiser votar extemporaneamente, também, que o senhor acolha os votos e as presenças dos demais. Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Tiago. É praxe da Mesa perguntar se algum vereador conseguiu ou não votar. Então, seguindo aqui a cronologia dos trabalhos, dando sequência: Emenda nº 12, de autoria das vereadoras Natasha Ferreira, Juliana de Souza, Atena Roveda e Grazi Oliveira.

Em votação a Emenda nº 12, destacada, ao PLE nº 006/25. (Pausa.)
A Ver.^a Grazi Oliveira está com a palavra para encaminhar a votação da matéria,
como autora.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Boa tarde a todos e a todas que nos acompanham, principalmente quem está na TVCâmara. Bom, a Emenda nº 12, para nós, é uma das emendas mais importantes que nós apresentamos, enquanto oposição, a este projeto, um projeto que nós já colocamos aqui na tribuna quais são os problemas que ele apresenta. Nós sabemos muito bem que nós não temos posição à terceirização, à iniciativa privada cuidando daquilo que é coisa pública, principalmente quando nós estamos tratando sobre a alfabetização das nossas crianças. Também nos causa muito espanto que nós estejamos votando um projeto em que os materiais pedagógicos, que vão dar base para essa proposta, já estão nas escolas, nas mãos dos trabalhadores e trabalhadoras. E é por isso que nós apresentamos a Emenda nº 12, porque, ao ter contato com o material pedagógico que vai conduzir o programa Alfabetiza+POA, nós percebemos – e nós fizemos a escuta dos professores e professoras que estarão trabalhando como alfabetizadores – que o material não está dialogando com a realidade da nossa comunidade estudantil. O que isso significa? Quando nós falamos da diversidade, quando nós falamos da flexibilização, quando nós falamos da educação para as relações étnico-raciais, o material não contempla. Então, entendendo a necessidade de olharmos para as nossas periferias, que é onde as escolas municipais estão localizadas, na sua maioria, nós propomos, junto com a Ver.^a Juliana, que houvesse uma emenda que contemplasse a ERER dentro do ensino. O que significa isso? A educação étnico-racial; que contemplasse a inclusão, sabendo que nós temos mais de 400 estudantes atípicos na nossa rede municipal, como outros temas que atravessam a inclusão dos nossos estudantes de Porto Alegre. Então a gente pede, eu peço aos nossos colegas da base do governo, da extrema direita, da direita que avaliem e votem conosco a flexibilização do programa Alfabetiza+POA, para além de a gente mudar os índices do IDEB em números,

nós também queremos educar os nossos estudantes para a vida. Então nós queremos que tenhamos, daqui um tempo, uma melhora nos índices; nós queremos que os nossos estudantes, até o final do segundo ano, estejam lendo e escrevendo; mas nós queremos que os nossos estudantes estejam lendo e escrevendo também o mundo, também as pessoas, como cidadãos e cidadãs. Então a gente pede encarecidamente que a Emenda nº 12 seja analisada com carinho, seja avaliada e seja aprovada neste plenário. Nós acreditamos que o programa Alfabetiza+POA, mesmo não estando dentro daquilo que a gente defende, pode ficar melhor, se a gente tiver flexibilização no currículo e na aprendizagem dos nossos estudantes. Obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver.^a Grazi.

A Ver.^a Juliana de Souza está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 12, destacada, ao PLE nº 006/25.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Boa tarde, colegas. Subo aqui para pedir o apoio à esta emenda, que inclui três objetivos no programa Alfabetiza+POA, que foi dialogada com o secretário, e a gente acabou construindo uma redação que garante o direito das crianças com deficiência, com autismo, com altas habilidades – superdotação – a terem reconhecidas e atendidas as suas necessidades educacionais especiais, assim como a promoção da acessibilidade ao currículo, que hoje não é garantida, bem como materiais pedagógicos que reconheçam a diversidade das nossas escolas, incluindo a condição de deficiência. E eu falo aqui como alguém que sabe que este plenário, recentemente, no mês de abril, recebeu mães atípicas para discutirem as dificuldades de garantia do acesso ao direito à educação e à saúde das crianças com autismo, e muitos vereadores e vereadoras se dispuseram a contribuir para a efetivação de políticas públicas que possam assegurar esses direitos. Pois bem, essa é uma emenda que também visa garantir o direito à educação e à aprendizagem desse público, público-alvo da educação especial, além de assegurar a articulação do Alfabetiza+POA com o currículo no que se

refere à educação para as relações étnico-raciais e à educação ambiental climática, em uma cidade que viveu, recentemente, uma grande tragédia climática. Colegas, eu peço que a gente olhe para esse cronograma e veja se alguma professora do 1º ano, Ver. Byl, vai conseguir alfabetizar crianças com três alunos público-alvo da educação especial que não têm, muitas vezes, o agente de inclusão na sala; fazer um trabalho, na primeira semana, com o fonema e o grafema “a” das páginas 8 a 11. A realidade é que ela não vai conseguir cumprir essa meta do cronograma, porque é impossível, Ver. Ramiro, é impossível ela conseguir atender a demanda desses alunos e dar conta de uma turma inteira para alfabetizar. Não é possível, nas semanas 2 e 3, ela avançar para as páginas 12 a 19 nos fonemas “e” e “i” com uma turma que ela sequer terminou de trabalhar o fonema e o grafema “a”, com um material didático que sequer é adaptado para os estudantes da educação especial. Que atividades, Ver. Gilson, as crianças com deficiência, com autismo vão estar realizando enquanto seus colegas estiverem trabalhando nesse material didático, nessa semana? Elas estarão pintando em uma folha em branco, desenhando? Elas têm direito à aprendizagem, e é por isso que a gente pede que seja atendido o direito de elas terem asseguradas as suas necessidades educacionais especiais nesse programa. É isso que essa emenda pede. Eu peço a sensibilidade do governo, secretário Pascoal, para acolher a emenda e, inclusive, para a gente poder trabalhar, após a aprovação da emenda, na discussão que o governo quiser fazer, se quiser vetar algum dos incisos, mas que a gente possa garantir, Ver.^a Vera, o que é central, o reconhecimento dos estudantes com deficiência, com autismo, com altas habilidades, superdotação ao seu direito, também, à alfabetização. Esse programa só vai ser um programa que vai avançar na nossa rede se a gente reconhecer todas e todos os estudantes e não deixar ninguém para trás. Hoje, os estudantes público-alvo da educação especial estão excluídos do programa Alfabetiza+POA; essas emendas visam incluir esses estudantes.

Nós tentamos dialogar uma redação com o secretário, ele deu retorno somente depois do período de alteração das emendas poder ser realizado, mas

a gente tem o pedido de que a gente aprove a emenda e, se for o caso, o governo vete aqueles incisos com os quais não tem acordo; mas que a gente garanta o direito à educação e à aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial, que esta Casa recentemente recebeu e se comprometeu com a garantia dos direitos. Muito obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver.^a Juliana.

A Ver.^a Natasha Ferreira está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 12, destacada, ao PLE nº 006/25.

VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT): Boa tarde, V. Exas., boa tarde, Presidente. Quero aqui me manifestar também sobre a Emenda nº 12, falar além da importância óbvia, porque ela assegura questões étnico-raciais, é um tema caro para a cidade de Porto Alegre, mas também falando de um geral aqui de sociedade, também falando sobre questões de gênero. E a gente precisa lembrar que a nossa educação pública hoje tem sido, na verdade, atacada diretamente, quando falam que professoras e professores são doutrinadoras, doutrinadores em sala de aula. Nós precisamos aqui falar, primeiro, sobre uma estrutura pública de educação que valorize, de fato, quem está à frente desse processo de educação. Hoje, em Porto Alegre, após as enchentes – e nós vamos fazer, agora no dia 3, dia 4 de maio, um ano da enchente em Porto Alegre –, parte das escolas não foram sequer reconstruídas, muitos materiais foram perdidos, e as professoras e os professores passaram quase duas semanas de greve, reivindicando salários, também melhores condições de trabalho ao governo municipal.

O que nós estamos apresentando aqui na Câmara que, de fato, a Câmara vota? Vota terceirização, vota para, de fato, entregar vagas para a iniciativa privada; não apresenta nenhum subsídio público financeiro para socorrer, de fato. E digo aqui que os recursos do Fundeb, se não estão à altura do que Porto Alegre precisa, boa parte é culpa da própria gestão que tem uma incompetência de informar os dados e números reais. Mas quero dizer educação

pública não pode aqui se furtar de fazer esse debate sobre questões étnico-raciais, sobre crianças com deficiência. A gente precisa lembrar aqui das mães atípicas que estiveram nesta Câmara implorando – implorando – para que V. Exas., no mínimo, dessem uma atenção para que elas não chorassem mais sobre a questão da política dos seus filhos. E nós sequer estamos garantindo isso. Então essa emenda em nenhum momento tem uma questão econômica absurda, ela visa garantir direitos de que a Educação Especial, de que questões étnico-raciais, questões de gênero, e aí envolvem questões LGBTs aqui também, porque sim, crianças LGBTs existem e nós precisamos respeitar esse conceito dentro da sala de aula. Então garantir a diversidade, a pluralidade, e as condições para que toda criança possa frequentar uma sala de aula de forma segura, é dever desta Casa que legisla sobre orçamento público.

Também quero aqui dizer que nos pega com surpresa – e antes aqui dizia a Ver.^a Grazi e a Ver.^a Juliana, que me antecederam –, este material pedagógico. Vejam bem, nós estamos votando o material, debatendo o material pedagógico, e este material já foi entregue nas escolas, algumas escolas já têm esse material. Nós iremos, se for necessário, para a Justiça para barrar isso. Isso é inadmissível! Nós não podemos estar aqui debatendo material, aprovando algo... Nós temos várias emendas sendo debatidas, e este material já está em sala de aula; isso é um desrespeito com esta Casa, desrespeito do secretário de educação dessa gestão pública que é atrapalhada. A marca dessa gestão, além da incompetência, da negligência das questões climáticas fundamentais, ela é marcada pelo atrapalhamento, porque mandou algo aqui que já está sendo distribuído nas escolas, e nós estamos aqui debatendo as emendas – e nós debatemos e nem encaminhamos ainda esse projeto.

Então importante aqui, senhoras e senhores, nós precisamos lembrar das mães atípicas que estiveram aqui e imploraram para que seus filhos tenham acesso à saúde pública, à educação pública de qualidade. Lembrando que essa base do governo já se manifestou contra as salas para atendimento específico das crianças com espectro autista. Lembrar também que esta Casa tem sido marcada por votar retrocessos dentro da gestão pública, especialmente

educação e saúde. Esta Casa tem sido símbolo também de um conservadorismo com pautas que precisam de fato valorizar a diversidade do povo de Porto Alegre, em especial de uma juventude que está indo para a sala de aula desde criança, na sua adolescência, que precisa formar uma opinião crítica.

Por isso volto a dizer que nós, do Partido dos Trabalhadores e das trabalhadoras, defendemos salários melhores, estruturas melhores e não privadas, que sejam públicas, na verdade, sejam feitas pela gestão, mas acima de tudo, essa Emenda nº 12 vem para garantir que questões étnico-raciais, que as crianças com deficiência, questões de gênero, as questões de sexualidade, possam ser trabalhadas uma sala de aula, que é onde a gente forma uma opinião pública de crianças, e isso não tem nada de contraditório com o projeto, por isso peço a V. Exas. que aprovelem a Emenda nº 12. Muito obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Mais algum vereador se inscreve para encaminhar? (Pausa.) Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Idenir Cecchim, a Emenda nº 12, destacada, ao PLE nº 006/25. (Pausa.) Algum vereador não conseguiu votar? (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 12 votos **SIM**; 15 votos **NÃO**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprecio requerimento Ver. Moisés Barboza solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia de hoje.

Vereadora Juliana de Souza (PT): Presidente, quero fazer uma questão de ordem para informar que pactuamos com o governo e com o secretário que nós faremos um projeto de lei para incluir no programa esses elementos que foram discutidos nessa emenda, a partir de uma redação alinhada com o governo. Infelizmente, não tivemos tempo de fazer a emenda substitutiva à emenda original hoje, por questões regimentais, mas que estarão incluídos nesse projeto de lei desde agora. Já peço o apoio dos colegas vereadores e vereadoras para que a gente possa assegurar o direito à educação e

aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial e o reconhecimento da diversidade sociocultural nas nossas escolas, conforme o que foi construído aqui, inclusive com secretário de educação. Obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação as Emendas nºs 08 e 09 ao PLE nº 006/25, e o projeto. (Pausa.) A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Subo à tribuna para contribuir no encaminhamento desse projeto. Quero iniciar minha fala, primeiramente saudando os municipais, que bravamente conseguiram tirar desse governo que não tem compromisso nenhum com a educação, os 3,8% da reposição inflacionária, dinheiro esse que o município de Porto Alegre deve aos servidores e às servidoras. Colocar também a importância da agenda em setembro, porque os municipais saíram da greve, mas com apontamento de uma nova agenda em setembro para discutir a reposição inflacionária do ano de 2024. Dizer que foi uma brava vitória em relação àquilo que podia ser feito, de uma categoria que vem sendo negligenciada por parte do poder público desde a gestão do Marchezan. Então quero iniciar minha fala saudando os bravos municipais que arrancaram a reposição inflacionária do ano de 2024. Se não tivesse tido luta, sem greves, sem mobilização, sem discussão com a sociedade, com certeza a gente não conseguiria ter tido essa reposição.

Indo para o projeto, infelizmente a oposição protocolou uma série de emendas que foram negligenciadas novamente pelo governo. Um projeto meritocrático, um projeto segregacionista, um projeto que não contempla relações étnico-raciais, a Lei nº 10.639, um projeto que não contempla a educação aos PCDs, um projeto que não foi discutido com a categoria dos professores, monitores, que tem a sua própria pauta, a sua própria agenda. Não é à toa que, nesse período de mobilização grevista, nós fizemos essa discussão com a sociedade de qual é a pauta da educação para a cidade, qual é a pauta das escolas, qual é a pauta das comunidades escolares, e o governo Melo segue

com sua agenda de querer impor os projetos que são articulados com a iniciativa privada. Não é à toa tem tanta palavra “privado” dentro desse projeto. Então está colocado qual o motor da iniciativa desse tipo de proposição, e nós somos contra. Nós somos contra porque a gente sabe no que isso pode se desdobrar, novamente Porto Alegre ser manchete nacional no Fantástico pelos casos de corrupção, porque os amigos empresários do governo Melo cobram a conta. E esse projeto aqui nada mais é do que mais um contrato que mostra que dinheiro público, que o erário vai ficar de novo refém nas mãos dos amigos empresários do Melo e do atual secretário de plantão – porque na última gestão foram cinco secretários, então não dá nem para dizer que é um secretário, esse secretário é um contratado, é um temporário, a gente não sabe até quando esse secretário vai permanecer na pasta, porque é uma pasta que está em crise de novo. Se fosse um governo sério, traria para esta Câmara um balanço, raio-x da educação daquilo que foi implementado nos últimos cinco anos, e um pedido de desculpas à população pelos mais de R\$ 100 milhões que foram roubados da pasta.

Mas não é isso que a gente está discutindo, a gente está discutindo seguir nessa lógica privatista de colocar os contratos públicos nas mãos de terceiros que não têm responsabilidade com aquilo que é prestado, e novamente quem será lesado são as nossas comunidades escolares.

Nesse sentido, o encaminhamento enquanto bancada do PSOL não dá um cheque em branco para que o governo Melo siga com as suas negociatas se utilizando da pasta da educação, e vamos seguir conversando com as nossas comunidades, conversando com nossa população sobre o que significa terceirizar, parceirizar e conceder aquilo que é direito.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver.^a Karen Santos.

Registramos a presença no plenário do deputado federal Marcel van Hattem. (Palmas.) Bem-vindo, deputado, a esta Casa.

A Ver.^a Grazi Oliveira está com a palavra para encaminhar a votação das Emendas nºs 08 e 09 ao PLE nº 006/25, e do projeto, pela oposição.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Bom pessoal, como a Ver.^a Karen, que me antecedeu, fez uma sinalização bastante importante sobre a luta dos trabalhadores e trabalhadoras, em especial da educação, pela valorização dos seus salários, a minha vinda até a tribuna é especificamente para falar da Emenda nº 09 e da Emenda nº 08.

A Emenda nº 09, que é a que eu gostaria de dar maior atenção, traz a ideia proposta de amarrar, condicionar a bolsa dos professores alfabetizadores a 90% de desempenho das suas funções, uma proposta que, para mim, é no mínimo indignante, dentro de uma reflexão que nós estamos fazendo na tribuna em que nós falamos que o Alfabetiza+POA é um projeto que já não dialoga com as necessidades das nossas comunidades, muito menos com o que a gente defende para a educação, e aí a gente recebe uma emenda que condiciona o desempenho dos professores a 90%. Então quero chamar a atenção aos colegas de que vai mudar a característica e a estrutura do projeto Alfabetiza+POA se nós aprovamos a Emenda nº 09. A Emenda nº 09 não condiz com o que o projeto está apresentando, que é garantir uma bolsa para que os professores alfabetizadores possam dedicar além do seu tempo, tempo para formação continuada, tempo para preparar as aulas dos seus alunos, por que a gente sabe dos desafios que é para um professor alfabetizador. Então não condiz a proposta trazida pela Emenda nº 09 com o projeto que está sendo apresentado pelo Executivo. A Emenda nº 09 precisa ser “não”. “Sim” aos professores e “não” para quem quer condicionar a bolsa a critérios de meritocracia. Por favor, gente!

Agora eu quero pedir também atenção à Emenda nº 08, proposta por mim. A gente traz, dentro dessa emenda, a proposta para que o Executivo, que a Secretaria de Educação, dentro do programa Alfabetiza+POA, valorize no currículo do programa o interesse das crianças, considerando o seu repertório individual, a sua diversidade sociocultural. Tenho certeza que aqui nós não estamos “inventando a roda”. Mais uma vez eu repito: dialoga, inclusive, com que preconiza, com o que nós acabamos de votar com a Emenda nº 12, mas ela consegue, na sua completude, garantir as condições socioculturais dos nossos

estudantes, assim como garantir todo o repertório individual que as crianças levam para sala de aula. Nós precisamos aprender com as crianças; as crianças, quando vão para escola nos trazem quais são os seus interesses. Então a nossa Emenda nº 08 é simples, mas muito potente. Pedimos o apoio dos colegas. Não há mistério, há só uma condição de garantir que o Alfabetiza+POA olhe para a individualidade dos nossos alunos, respeite a sua diversidade sociocultural. Obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver.^a Grazi.

Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão e votação do PLL nº 326/24, de minha autoria, por duas sessões. Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que o PLE nº 010/25 seja o próximo a ser apreciado, após o Alfabetiza+POA. E em seguida o Requerimento nº 183/25. Obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento): O Diretor Legislativo, de forma muito correta e coerente e no seu conhecimento, me informa que no meu caso, para ser na quarta que vem, sem ser nesta, na outra, o adiamento tem que ser por três sessões. Então que ele seja o primeiro projeto na quarta que vem e retifico o adiamento por três e não duas sessões.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está bem, retificando o pedido do Ver. Pedro Ruas. Em votação requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas, solicitando o adiamento da votação do PLL nº 326/24 por três sessões e não duas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Obrigado, diretor, obrigado, Presidente, obrigado, colegas.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Encaminhado para que fique em primeiro lugar para quarta-feira da semana que vem, com o adiamento de três sessões. Está aprovado.

Estamos fazendo aqui um registro fotográfico.

A Ver.^a Juliana de Souza está com a palavra para encaminhar a votação das Emendas nºs 08 e 09 ao PLE nº 006/25, e do projeto.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): A educação de Porto Alegre, nos últimos meses, tem figurado na capa das páginas policiais. Nos últimos meses, a educação de Porto Alegre tem despencado nos índices de qualidade. O IDEB que é o debate, inclusive, que fomenta a construção desse programa, um deles, é uma demonstração do impacto dos sucessivos desmontes da nossa rede, precarização das condições de trabalho dos educadores e educadoras na qualidade do ensino. Porto Alegre despencou em todos os níveis, entre 2021 e 2023, foi a maior queda absoluta e percentual entre as capitais brasileiras. Tanto nos anos finais quanto nos anos iniciais, esse desmoronamento é verificado. Nos anos iniciais, a queda do IDEB foi de 9,62%, caindo de 5,2% em 2021 para 4,7% em 2023. Como professora da rede, que já foi monitora também, logo após o contexto da pandemia, eu trago à memória dos vereadores e vereadoras que os nossos educadores falavam – no contexto da pandemia –, que era preciso, Ver.^a Karen, um currículo emergencial para

recuperar o déficit de aprendizagem que aqueles estudantes que estavam no Jardim A teriam agora no seu processo de alfabetização. São eles que estão ingressando no terceiro ano não estando alfabetizados, Ver. Jonas. Mas não é sobre eles que esse projeto versa, esse projeto ignora completamente a realidade da nossa rede municipal que está nas periferias empobrecidas, precarizadas, no que se refere ao acesso aos direitos e aos serviços públicos, muitas vezes em contexto de fome, de insegurança alimentar e de precária assistência social. É nesse contexto que as nossas crianças estão indo estudar. Estão indo estudar passando por ruas, becos e vielas com esgoto a céu aberto. E, Ver. Giovani, diversas pesquisas falam que uma criança que não tem a garantia do direito ao saneamento básico, tem dificuldade de aprender também. É nesse contexto que a gente está debatendo o programa Alfabetiza+POA. Mas isso tudo a SMED e o governo Melo ignoram, assim como ignoram que os nossos professores e professoras estão adoecendo, empobrecidos e endividados por péssimas condições de trabalho e por uma desvalorização salarial que já soma 34%. Nós trabalhamos 30 dias para receber 19 dias de salário, Ver.^a Cláudia. Essa é a realidade dos professores do primeiro e segundo ano que vão executar esse programa.

Nós não temos dúvida, na bancada do PT, que é preciso construir um pacto pela alfabetização; nós somos entusiastas das políticas do governo federal que reconhece os problemas na alfabetização em nível nacional em Porto Alegre. Vejam, tem apenas 40% das crianças alfabetizadas na idade correta em 2023. Nós defendemos o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, que garante o direito à alfabetização das crianças brasileiras até o final do segundo ano e a recuperação das aprendizagens do terceiro, quarto e quinto ano, a partir de princípios de promoção da equidade educacional, do reconhecimento aos aspectos regionais socioeconômicos, étnico-raciais, de gênero e da colaboração entre os entes federativos e a cooperação entre os estados e municípios. Esse compromisso pela alfabetização do governo federal apresenta metas que poderiam ser dialogadas nesse programa se ele não tivesse sendo construído de forma autoritária e descontextualizada da nossa rede. O secretário - e eu

falava com ele agora - precisa ouvir os educadores e educadoras, precisa ouvir quem conhece e constrói a rede municipal de Porto Alegre para construir um programa a partir do diálogo, que aí sim garanta o direito à educação, o direito à aprendizagem a todos os estudantes, sem excluir os estudantes público-alvo da educação especial e sem esquecer que as nossas escolas de periferia precisam ter garantido o direito à diversidade sociocultural reconhecidas nos currículos. É por isso, inclusive, que a gente apresentou a Emenda nº 12, e a Ver.^a Grazi apresentou a Emenda nº 09. Então eu peço que a gente possa rejeitar hoje, esse projeto como está, e fazer uma discussão democrática, dialogada com os educadores e educadoras que constroem a rede e participativa com aqueles que estão interessados em de fato alfabetizar as crianças na idade certa e recuperar as aprendizagens para quem foi atingido pela pandemia. Muito obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver.^a Juliana.

O Ver. Giovanni Culau está com a palavra para encaminhar a votação das Emenda nºs 08 e 09 ao PLE nº 006/25, e o projeto.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Presidente, cumprimento a ti, cumprimento aos demais colegas, vereadores e vereadoras. O Ver. Marcelo, da bancada do PSDB, registrava que nessa tarde eu subi poucas vezes à tribuna. Na verdade, essa é a primeira vez que subo, vereador. E eu fiz um esforço, Ver. Cláudia Araújo, Ver. Cecchim, líderes do governo, de, do silêncio da bancada do PCdoB, buscar ouvir algum argumento, Ver.^a Grazi, Ver.^a Karen, que justificasse a aprovação desse projeto. E, infelizmente, Ver. Marcelo, apesar da minha atenção desta tribuna, até o presente momento não foi apresentado um argumento sequer que justifique a aprovação do projeto. Eu penso, Ver.^a Grazi, que na justificativa enviada pelo governo, são corretamente apresentados os problemas de alfabetização, Porto Alegre. Mas, Ver. Jonas Reis, não são apresentadas as razões para os problemas de alfabetização na nossa cidade. Eu tenho certeza de que a Ver.^a Juliana, professora que é, a professora Grazi, a professora Karen, o professor Jonas, nos representaram

muito bem na tribuna, defendendo as posições da oposição. Mas, nesse momento de encaminhamento, eu preciso dizer que aqui reside exatamente um problema central: nessa cidade se faz política pública sem compreender as razões dos problemas que nós enfrentamos, e, por consequência, Ver.^a Vera, quem não compreende as razões dos problemas, não é capaz de apresentar soluções. Eu preciso dizer aos meus colegas de oposição, que me parece que falta ao governo um espelho de frente de si, falta o governo olhar para frente do espelho. Digo isso porque estão exatamente no interior do governo, no interior da gestão, as razões dos problemas de aprendizagem e de alfabetização nesta cidade. E errar é possível para qualquer gestão pública, mas insistir no erro é inadmissível, Ver.^a Grazi. Mais uma vez um projeto chega aqui na Casa sem diálogo com a rede, e a prova de que não houve diálogo com a rede é que assim que o projeto chegou foi identificado pela oposição que ali não se continha, por exemplo, um entendimento e a incorporação dos desafios da educação especial. Eu ouvi a Ver.^a Grazi, eu quero, no mesmo espírito, dialogar – a Ver.^a Grazi falava e a Ver.^a Karen também. Será que o governo não vai assumir para si a responsabilidade de que a mudança da rotina escolar foi um problema para nossa rede, que a adoção da seriação convencional é um problema pedagógico na nossa cidade? Será que o governo não vai assumir para si os problemas de infraestrutura que atingem 90% das nossas escolas quando se referem à rede elétrica, e um terço, Ver.^a Karen, das nossas escolas, quando diz respeito às nossas caixas d'água. Eu considero, com todo respeito que tenho, Cecchim, uma crueldade o debate sobre a bolsa – uma crueldade –, porque o que as gestões municipais fizeram ao longo dos últimos anos foi sufocar os servidores públicos municipais e os professores. Aumentou-se a conta previdenciária de 11% para 14%, tirando 3% do salário dos professores, fez-se uma reforma administrativa no governo Marchezan que acabou com o triênio. Hoje, os professores sofrem com a perda de 1/3 dos seus salários, pela não reposição da inflação. E eu falo do tema da inflação, porque hoje, os vereadores, nós, sequer votamos a reposição da nossa inflação, é automática, por decisão da Mesa. Mas a gente não respeita a necessidade de reposição dos professores e professoras. Então,

aqui, para concluir, Presidente, se apresenta uma bolsa como solução, que não é incorporada à carreira e por consequência não se leva para a aposentadoria.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Para concluir, vereador.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Para concluir, Presidente, se o governo quer ser honesto e coerente ao dizer que uma bolsa significa um estímulo, o que deve conceder é o reconhecimento da justa reivindicação dos municipais que perderam mais de 34% do seu salário nos últimos anos. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Giovanni Culau. Pergunto se mais algum vereador encaminha a Emenda nº 08, a Emenda nº 09 e o projeto. (Pausa.) Não havendo mais inscritos, coloco em votação.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 08 ao PLE nº 006/25. (Pausa.) Algum vereador não conseguiu votar? (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 12 votos **SIM**; 19 votos **NÃO**.

Registro a presença do carnavalesco Moisés Vianna, presidente da Sociedade Beneficente Recreativa Cultural Mocidade Independente da Lomba do Pinheiro; obrigado.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jonas Reis, a Emenda nº 09 ao PLE nº 006/25. (Pausa.) Algum vereador não conseguiu votar? (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 19 votos **SIM**; 11 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Natasha Ferreira, o PLE nº 006/25. (Pausa.) Algum vereador não conseguiu votar? Ver. Culau vota “não”, Ver. Erick Dênil vota “não”. (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 20 votos **SIM**; 12 votos **NÃO**.

Em discussão o PLE nº 010/25. (Lê a Ementa do projeto.) (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Márcio Bins Ely, vereadores e vereadoras, sobretudo o público que assiste à TVCâmara; eu considero que esse projeto do governo é meritório, e é importante que esse projeto seja aprovado. Ele atualiza a regra de cálculo da Parcela do Complemento Remuneratório – PCR, que é uma lei de 2023, é a Lei nº 13.740 de 2023. Eu creio que essa atualização é óbvia e necessária para que não haja nenhum funcionário da Prefeitura de Porto Alegre que receba um valor menor que o salário mínimo, esse é o conteúdo da lei. Eu, na oportunidade, quando essa lei foi votada, e considero que foi uma vitória importante, fiz uma emenda incluindo os celetistas, e eu creio que os celetistas da cidade de Porto Alegre são fundamentais. Portanto, essa lei foi aprovada, garantindo que não tenhamos nenhum funcionário... Que já era um absurdo, essa lei teve que ser aprovada para corrigir esse absurdo que era a existência de funcionários que recebiam uma remuneração inferior ao salário mínimo. Com essa lei, de 2023, isso acabou, todos os funcionários da Prefeitura passaram a receber o salário mínimo, nenhum recebeu menos do que um salário mínimo, e, com a emenda que eu apresentei, os celetistas foram incluídos. Essa foi uma importante conquista, de tal forma que eu venho à tribuna defender a aprovação dessa lei, defender a aprovação da atualização dessa remuneração, para que nós não tenhamos aquele absurdo que tínhamos antes, de termos servidores recebendo um salário inferior a um salário mínimo. Com essa lei, aprovada em 2023, cada servidor, no mínimo, tem o salário mínimo; os celetistas, graças à emenda que eu apresentei, também. Eu acho que é necessária, portanto, a atualização desse valor, razão pela qual, evidentemente, nós votaremos a favor e imagino que seja uma votação unânime aqui no plenário da Câmara de Vereadores. Muito obrigado.

(O Ver. Tiago Albrecht reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Nós é que agradecemos, Ver. Roberto Robaina, fazendo a sua declaração de voto.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLE nº 010/25.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, vejam só, nós temos um problema aqui; o projeto, nós vamos votar “sim”, mas é importante lembrar do atraso deste projeto. Este é um projeto que deveria já estar aqui plantado na Casa desde janeiro, e há muito tempo não se paga o salário mínimo no básico de vários trabalhadores. Eu acho que está faltando planejamento lá na secretaria. Mas eu quero aqui deixar um recado ao querido secretário Cezar Schirmer e ao secretário Cassiá Carpes. Na próxima vez, esses projetos têm que vir antes para cá. Então eu deixo o recado aqui nas notas taquigráficas, não é possível, a todo momento, atrasarem tudo na cidade. Eu não sei se o prefeito sabia, mas isso tem sido, periodicamente: atrasos. Então eu acho que agora, lá, com o Cezar Schirmer, nós não vamos ter atraso no planejamento, e o Cassiá Carpes, que está chegando agora. Eu sempre dou cinco, seis meses de luz inicial para o secretário se apropriar, mas ano que vem, secretário de administração, Cassiá Carpes, não pode acontecer o mesmo, porque nós estamos falando aqui de 1.500 vidas, de trabalhadores, operários, padrão 1 ao 5 – não é, Edson –, Edson Zomar, que está aqui, do sindicato, diretor do sindicato dos municipais e municipais, acompanhando.

Quero parabenizar o secretário André Coronel por cumprir a palavra e botar aqui o projeto em votação hoje, mas é importante que a gente não aguarde a demora e o atraso acontecerem nos próximos, que isso seja antecipado, porque os trabalhadores estão lá, trabalhando todo dia, garantindo serviço público de qualidade para a população. E nós estamos falando de garis, de operadores de máquinas, de trabalhadores da saúde, de trabalhadores da educação, da alimentação escolar, da limpeza, trabalhadores fundamentais do saneamento e também da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, de onde é oriunda a maioria desses funcionários. Então, quero deixar aqui consignado que o nosso voto é favorável, mas os próximos têm que ser antecipados. Como o Cezar Schirmer está chegando agora, o Cassiá está chegando agora, nós vamos

dar esse desconto para vocês, mas esperamos que, na próxima vez, seja feito no tempo correto.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Obrigado, Ver. Jonas, que discutiu a matéria. Pergunto se mais alguém vai discutir a matéria. (Pausa.) Está encerrada a discussão.

Em votação o PLE nº 010/25. (Pausa.) O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pelo governo.

Informo que o painel está... O sistema está operando, apenas o painel teve uma fuga de sinal, e a diretoria técnica já está trabalhando, mas o painel segue aberto, a sessão segue normalmente. Ver. Cecchim.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Presidente Tiago Albrecht. Só para colocar as coisas no seu devido lugar, este projeto, pela sensibilidade do prefeito Melo, ele é retroativo ao mês de março – retroativo ao mês de março. Então, não é “caiu do céu”, não tem aqui dono do projeto, é um projeto para equalizar aqueles que ganham menos que o salário mínimo, o que é justo. E por isso nós podemos votar, situação e oposição, por unanimidade, por aclamação esse projeto.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Perfeito. Obrigado, Ver. Idenir Cecchim. Consulto o plenário se mais algum líder da oposição ou de partidos irá encaminhar. (Pausa.) Está encerrado o encaminhamento.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):
(Procede à leitura da Mensagem Retificativa.)

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Em votação a Mensagem Retificativa ao PLE nº 010/25. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que o PLE nº 005/25 seja a primeira matéria a ser apreciada na ordem de priorização de votação da próxima sessão.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Gilson Padeiro (PSDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que o PLL nº 224/24 seja a segunda matéria a ser apreciada na ordem de priorização de votação da próxima sessão.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Gilson Padeiro. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o PLE nº 010/25. (Lê a Ementa do projeto.) (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Pregão de matérias acessórias ao PLE nº 005/25, primeira matéria a ser votada na quarta-feira.

Aprego as Emendas nºs 02 e 03, de autoria dos vereadores Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, ao PLE nº 005/25.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio das Emendas nºs 02 e 03 ao PLE nº 005/25 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Apregoo as Emendas nºs 04 e 05, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, ao PLE nº 005/25.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Em votação o

requerimento solicitando dispensa do envio das Emendas nºs 04 e 05 ao PLE nº 005/25 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Apregoo requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 04 e 05.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sr. Presidente, eu vi aqui que há

um movimento para verificação de quórum. Eu queria pedir, inclusive para a oposição, moções, a gente vota sempre, eu já voltei muitas moções com a oposição. Eu queria pedir à oposição que, mesmo que vote contra, mas que dê quórum para votar a próxima moção que nós vamos fazer aqui.

PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO): Perfeito, registrado, Ver.

Idenir Cecchim.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

(Procede à leitura Requerimento nº 183/25.)

(O Ver. Alexandre Bublitz assume a presidência dos trabalhos.)

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB): Presidente, primeiro

aproveito a oportunidade para cumprimentá-lo por assumir a presidência dos trabalhos e por consequência da Câmara Municipal, parabéns. Dito isso, minha

questão de ordem é para compreender como nós procederemos sem o painel, gostaria de compreender como ficaremos e conduziremos a sessão.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Na verdade, o painel está funcionando, o *software* do painel está funcionando, nós temos ele aberto aqui, só a tela não está funcionando. Então o que que vai acontecer? Quando acabar a votação, nós vamos ler, vereador por vereador, os respectivos votos.

PRESIDENTE ALEXANDRE BUBLITZ (PT): Em votação o Requerimento nº 183/25. (Pausa.) O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Meus caros colegas, Presidente Alexandre Bublitz, que preside esta sessão; parabéns por ser a primeira a presidência. O tempo não começou, está em 95 minutos. Farei agora um discurso à la Fidel Castro. Noventa e cinco minutos, Culau, o que tu achas?

PRESIDENTE ALEXANDRE BUBLITZ (PT): É para ter bastante fala, gastar aí.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): O Luiz Afonso diz que o Fidel Castro falava 12 horas, é isso? Doze horas. (Pausa.) Fica aí, Culau. Então agora, sim. Presidente Alexandre Bublitz, meus caros colegas, e muito especialmente aqui aos colegas vereadores da esquerda, colegas do PT, do PSOL, do PCdoB, quero fazer um convite a vocês para que a gente possa manifestar aqui a nossa defesa pela democracia. Vamos defender a democracia? Vocês são favoráveis à defesa da democracia? Eu sou. Não há democracia livre sem Parlamento livre. Não há democracia ao longo de toda a história onde nós não tivéssemos um Parlamento capaz de reunir pessoas com as mais variadas visões de mundo, discordando ou concordando, para que se

pudesse de fato representar a sociedade por completo. Eu sei o quanto, inclusive parlamentares de esquerda já foram de alguma forma perseguidos, criticados e que se buscou calar, seja no regime autoritário, seja também durante o período democrático. Agora, recentemente, nós temos acompanhado um parlamentar, deputado federal do PSOL, que está sofrendo um processo de cassação e que inclusive nós temos visto inúmeras manifestações, até greve de fome estão fazendo. E vejam, percebam, esse parlamentar expulsou um cidadão de dentro da Câmara dos Deputados a socos e pontapés. O que nós estamos tratando aqui desta moção de solidariedade ao que tem passado o deputado federal Marcel van Hattem não se trata sobre agressão física, mas sim sobre a livre manifestação a respeito de um problema enfrentado pelo Brasil, pelas instituições, pela separação devida entre os três Poderes. Marcel van Hattem subiu na Tribuna da Câmara dos Deputados e comprovou, mostrou que um delegado da Polícia Federal havia fraudado documentos com relação à entrada de uma pessoa nos Estados Unidos, e aqui estava conduzindo um processo nesse campo. Logo em seguida, no lugar dos devidos órgãos e da própria Polícia Federal de se fazer a investigação sobre a denúncia levantada por Marcel van Hattem, para surpresa, ou nem tão surpresa de boa parte de nós, ele acabou sendo investigado por cometer um crime na Tribuna. Que crime? Crime de opinião, crime de exercer a função maior de um parlamentar que é justamente falar, que é justamente trazer pautas importantes para a sociedade com as quais inclusive, eu repito, nós não precisamos concordar. Dizia Voltaire que nós podemos discordar do que o outro fala, mas que nós morreremos, lutaremos até à morte para defender que o outro possa falar mesmo aquilo que nós não queremos ou não gostamos de ouvir. Eu, por exemplo, nunca ingressei aqui na Comissão de Ética da Câmara de Vereadores contra um vereador da esquerda – do PT, do PCdoB, do PSOL –, até já teria tido motivos para isso, não o fiz. Não o fiz, porque eu acredito que nós podemos nos confrontar no campo das ideias. Eu tenho condições de poder contrapor aquelas falas que considero absurdas ou ofensivas contra mim, ou contra o partido, ou campo político. Agora, ficar levando tudo para comissão, para investigação, eu não vejo – essa é uma

postura minha –, não vejo isso como forma a contribuir para a liberdade dentro das nossas relações. Até mesmo ações judiciais, esses dias fui chamado de racista num programa de televisão, ao vivo, porque eu fazia uma crítica ao Hamas, e uma pessoa de descendência árabe disse que a minha fala era racista...

PRESIDENTE ALEXANDRE BUBLITZ (PT): Para concluir.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Muitos que assistiram àquilo, inclusive, depois falaram, Alexandre Bublitz, me disseram: “Ramiro, processe!” Eu disse: “Eu não vou processar, porque no campo das ideias, como parlamentar, eu vou contra por aquilo que ele fala”. Pensem com muita razão, sem paixão, sem visões ideológicas no momento de votar esta moção – para concluir, Presidente Alexandre –, porque, quando se defende democracia e liberdade, isso vale para absolutamente todos, e o que o Marcel van Hattem está enfrentando, outros estão enfrentando também, e nós não podemos permitir que isso prospere na nossa democracia. Obrigado.

PRESIDENTE ALEXANDRE BUBLITZ (PT): Obrigado, Ver. Ramiro.

O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 183/25.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Obrigado, Presidente Alexandre Bublitz, que conduz os trabalhos, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, assistências, pagador de impostos que nos assiste pela TVCâmara e pelas redes sociais; nós chegamos num cruzamento da nossa democracia, numa encruzilhada em que a Constituição Brasileira está sendo vilipendiada ao, de ofício, um policial federal abrir inquérito contra um parlamentar federal, que é protegido por quaisquer palavras e opiniões. E ainda essa convocação para um depoimento, imaginem os senhores e as senhoras, veio pelo *e-mail* funcional. Acredito que a maioria de nós aqui tem os seus *e-mails*, os lê, evidentemente,

mas quem os monitora são as assessorias. E até onde eu estudei – e modéstia parte, não foi pouco – da língua portuguesa, “quaisquer palavras e atos”, mas a palavra “quaisquer” significa “quaisquer”. Gostemos ou não, a Constituição Federal, que inclusive foi emendada, porque em 1988 foi aprovada com apenas “palavras e atos”, depois o congresso sentiu a necessidade de colocar ali o termo “quaisquer”, porque não há democracia, Ver. Ramiro Rosário, não há democracia se um deputado, um senador, um parlamentar sobe com medo a uma tribuna para fazer uma denúncia. Aliás, lá no início da repartição tripartite do Estado – Judiciário, Legislativo e Executivo –, lá nas origens, justamente o Parlamento é aquele que tem a prerrogativa de até mesmo cassar um par seu caso este tenha se excedido ou fugido à conduta parlamentar, e não o Judiciário. O que o deputado fez foi subir à tribuna em fazer uma denúncia baseada em fatos: houve, sim, uma fraude no nome de Filipe Martins, nos Estados Unidos, Ver. Cecchim. O meu ponto é: se um deputado erra em sua palavra, em sua opinião, quem tem a autonomia, quem tem a jurisdição para cassar esse deputado são os seus pares, não o Policial Federal que ficou incomodada, repito, numa democracia, com um deputado que sobe à tribuna para denunciar. E vejam lá os senhores e as senhoras que não demorou muito para o vento, para o pau que bate em Francisco começar a bater em Chico: semana que passou, um parlamentar de esquerda teve o seu mandato cassado na Comissão de Ética da Câmara. Então, vejam que o pau que bate em Francisco começa a bater em Chico, Ver.^a Fernanda Barth, e o que é que vai sobrar da nossa democracia com o STF dizendo quem pode discursar e sobre o que se pode discursar? Por isso esta Casa, independentemente da cor partidária, do viés ideológico, estará prestando um grande serviço, por isso eu peço voto unânime e simbólico em apoio ao deputado, porque não é sobre Marcel van Hattem, necessariamente; é sobre Giovani Culau, Ramiro Rosário, Tiago Albrecht, Natasha Ferreira, Coronel Ustra, Erick Dêníl, sobre a democracia brasileira. Esta Casa estará aprovando uma moção de apoio em que apoia a democracia, a liberdade de expressão, a imunidade parlamentar, porque, como eu falei, os ventos, Ver. Ramiro, já estão mudando – já estão mudando! –, e os que hoje dizem: “Bem feito, é isso mesmo,

Polícia Federal neles”, amanhã são aqueles que farão greve de fome, são aqueles que vão rodar a baiana tentando salvar um mandato. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE ALEXANDRE BUBLITZ (PT): Obrigado, Ver. Tiago.

A Ver.^a Natasha Ferreira está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 183/25.

VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT): Obrigada, Presidente petista Alexandre Bublitz, coisa boa te ver na presidência da Casa, esperamos que a maior bancada, a mais votada ainda presida esta Casa de forma democrática. Quero aqui dizer que esta moção, Ver. Ramiro Rosário e Ver. Tiago Albrecht, não é nada sobre vocês, especificamente. Quero aqui levantar algumas questões do porquê o PT é contrário a esta moção. O deputado federal Marcel Van Hattem estava aqui agora há pouco. O deputado Marcel van Hattem tem foro e os seus privilégios por ser deputado, isso o povo conferiu a ele e nós não estamos aqui debatendo isso. Mas quando ele ofende a Polícia Federal, ele precisa responder por isso. Eu quero aqui ser muito honesta, Ver. Ramiro Rosário: aqui está uma parlamentar que pode, um dia, quebrar decoro nesta Casa, e eu quero responder por isso. Agora, se esconder de resposta à Polícia Federal é um ato de covardia na democracia, porque a polícia está pedindo – está pedindo –, abriu uma investigação sobre um termo que ele usou – sobre um termo –; a polícia, em nenhum momento, disse que quer prender porque ele é do Novo ou porque ele é bolsonarista. Não há uma caçada ou uma cruzada. Falou que um delegado criou relatório fraudulentos; é um direito do delegado questionar porque o deputado federal, que não é da área, está questionando o relatório dele? Eu quero lembrar que houve também, Ver. Ramiro Rosário, aqui nesta Casa, uma fala sua com alguém do Ministério Público, um juiz, mas foi de uma liminar, e você proferiu aqui uma fala onde ele entendeu que aquilo era ofensivo. Cabe a você responder. Inclusive a Ajuris tem uma representação na Casa que eu não sei por que a Presidente Nádia não trouxe para o plenário.

Porque é tudo assim, é mequetrefe, mesma coisa aqui na Casa. As pessoas precisam aqui ser responsabilizadas, responder pelos seus atos, é isso que é democracia, é o que democratas, defendem. Agora, imagina se eu começo a xingar o Judiciário, aí eu xingo meus colegas, eu xingo a imprensa, vão me chamar do que aqui? Ditadora? Mas aí eu não quero responder, eu quero moção para que se solidarizem, porque eu tenho liberdade de falar. Não! Nós precisamos ter decoro parlamentar aqui na Casa, nós não podemos achar que isso aqui é a casa da Maria Joana, do Zé Ninguém, nós precisamos ter decoro. O que o deputado fez é, de fato, um agravante e ele está sendo investigado, não vejo por que fazer uma moção a favor dele, eu não acho necessário isso. Que tipo de fala, Ver. Tiago – que me grava, muito obrigada –, mas que tipo de fala nós vamos começar a autorizar aqui na Câmara de Vereadores? Porque uns xingam o Judiciário, uns xingam a imprensa, daqui a pouco nós estamos nos xingando, o que vai ser decoro aqui no Parlamento, afinal de contas?

Então, eu quero dizer aqui que nós, do Partido dos Trabalhadores e das trabalhadoras, somos contra a moção, porque o deputado precisa se explicar, ele é deputado, ele tem imunidade parlamentar, tem foro privilegiado tem muitas benesses do Estado, como defensor da questão privada, que ele tem à sua disposição, e ele tem que se explicar. Por que o relatório é fraudulento? Por que a investigação da polícia é fraudulenta? Estava investigando quem? Estava investigando quem? Deem um Google em quem a Polícia Federal está investigando? É o cara virou réu, é o ex-bandido que presidia a República, é ele que estavam investigando, mas tem que provar sua inocência. Sabem quem provou a sua inocência? O Presidente Lula. Lula foi acusado, foi preso injustamente e provou sua inocência. Nós, do PT, não nos escondemos da justiça; agora, vocês têm medo, vocês falam o que querem e aí, quando tomam uma ação, um processo, começa esse choro: “Ai, nos ajudem, aprovem...” Nós não vamos aprovar moção aqui nem que a vaca tussa, nem que o Sebastião Melo faça concurso público em Porto Alegre, não vamos aprovar, porque existe decoro no Parlamento, e nós não estamos aqui para falar o que a gente quer, a gente está aqui para se respeitar, e o deputado Marcel van Hattem, que já tem

um histórico com a justiça, ele deve respeitar mais a polícia e os outros poderes que compõem a nossa República democrática do Brasil, que se expressou muito bem, em 2022, quando a democracia voltou a vencer.

Em nome do Partido dos Trabalhadores e das trabalhadoras, nós votaremos “não” a esta moção.

PRESIDENTE ALEXANDRE BUBLITZ (PT): Muito obrigado, Ver.^a Natasha.

Vereador Jonas Reis (PT) (Requerimento): Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE ALEXANDRE BUBLITZ (PT): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Jonas Reis. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezassete vereadores presentes. Não há quórum. Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão. Muito obrigado, boa tarde.

(Encerra-se a sessão às 18h11min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)
